

Sara Durante Baschirotto

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL :
Uma Análise A Partir Da Tractebel Energia Em
Perspectiva Sociológica.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Marcia da Silva Mazon

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Baschiroto, Sara Durante
Responsabilidade Social Empresarial : uma análise a
partir da Tractebel Energia em perspectiva sociológica /
Sara Durante Baschiroto ; orientadora, Marcia da Silva
Mazon - Florianópolis, SC, 2015.
96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Responsabilidade Social
Empresarial. 3. Sociologia Econômica. 4. Ação Social . 5.
Ciências Sociais. I. Mazon, Marcia da Silva. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Sara Durante Baschirotto

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL:
Uma Análise A Partir Da Tractebel Energia Em
Perspectiva Sociológica.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais

Florianópolis, 15 de dezembro de 2015.

Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Marcia da Silva Mazon, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Maria Soledad Etcheverry Orchard, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Bruno Costa Barreiros, Me.
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos meus
amados pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo apoio durante a graduação e por terem tornado possível a realização desta importante etapa. Em especial a minha mãe, pelo incentivo incondicional.

Agradeço a Tatiane, pelas idas e vindas a Florianópolis.

Agradeço a Tina, querida colega, pela ajuda com a entrevista, parte importante deste trabalho.

E, claro, agradeço a orientadora deste trabalho, professora Marcia da Silva Mazon, pela dedicação e sugestões.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto a empresa Tractebel, analisando a forma como divulga seus programas e ações de Responsabilidade Social Empresarial em perspectiva sociológica. O método escolhido foi pesquisa bibliográfica, análise documental no endereço eletrônico da empresa e entrevista semiestruturada. Os autores que compõem o referencial teórico são Max Weber, Luc Boltanski e Ève Chiapello. Como principais resultados, observamos que a divulgação anual de Relatórios de Sustentabilidade é feita desde 2003 de forma não padronizada, embora siga algumas normas internacionais, como o ISO 26000 e a GRI. Apesar de a empresa apresentar nos Relatórios os seus valores, elaborar programas de RSE e divulgar os relatórios com informações dessas ações, constata-se que os relatórios contêm mais informações de interesse dos acionistas do que de públicos de interesse. A grande parte dos investimentos em programas de responsabilidade social é incentivada através de leis federais que permitem diminuir o valor dos impostos pagos pela empresa. Um dos principais condutores dos relatórios da empresa é sua manutenção no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). Então, a elaboração e divulgação dos relatórios podem indicar uma ação racional referente a valores, mas também há a possibilidade de dizer que é uma ação racional referente a fins e uma ação tradicional, ao mesmo tempo.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial, justificação, ação social, sociologia econômica.

ABSTRACT

This research has the object Tractebel company, analyzing how announces its Corporate Social Responsibility programs and actions in sociological perspective. The method chosen was bibliographical research, document analysis on the website of the company and semistructured interviews. Authors who make up the theoretical framework are Max Weber, Luc Boltanski and Ève Chiapello. The main results, we note that the annual disclosure Sustainability Reporting is made since 2003 of non-standard shape, although some follow international standards such as ISO 26000 and GRI. Although the company submit reports in their values, develop CSR programs and disseminate reports with information of these actions, it appears that the reports contain more information of interest to shareholders than of public interest. A large part of investments in social responsibility programs is encouraged by federal laws which lower the amount of taxes paid by the company. One of the main drivers of the preparation of the reports is to maintain the company's ISE (Corporate Sustainability Index), Bovespa (São Paulo Stock Exchange). So the preparation and dissemination of reports may indicate a rational action related to values, but there is also the possibility to say that it is a rational action related to purposes and a traditional action at the same time.

Keywords: Corporate Social Responsibility, justification, social action, economic sociology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Objetivo e Objetivos Específicos.....	21
Justificativa.....	22
Método.....	24
CAPÍTULO 1- REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
1.1 Weber: ação social e tipos de ação.....	28
1.2 Luc Boltanski e Ève Chiapello: o novo espírito do capitalismo e a justificação.....	32
CAPÍTULO 2- UM HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	37
2.1 Estados Unidos e União Europeia: a emergência da Responsabilidade Social Empresarial.....	38
2.2 A Responsabilidade Social Empresarial no Brasil.....	43
2.3 Responsabilidade social: de dentro para fora da empresa.....	47
2.4 A produção das provas de justificação: os relatórios.....	54
CAPÍTULO 3- A TRACTEBEL ENERGIA: o cenário da RSE na empresa.....	56
3.1 O setor energético brasileiro.....	56
3.2 A Engie: multinacional do setor energético.....	56
3.3 O discurso da empresa: como ela se apresenta.....	57
3.4 Entre <i>shareholders</i> e <i>stakeholders</i> : por onde caminha a RSE na Tractebel?.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE A – Roteiro Entrevista.....	97

INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Empresarial tem participado do cenário brasileiro nos últimos anos tanto nas empresas quanto na mídia. Um programa de Responsabilidade Social de grandes empresas normalmente abrange ações com foco nas áreas social, cultural e/ou ambiental. Estas empresas, nacionais e multinacionais, elaboram e investem na divulgação de suas ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Para esta pesquisa tomamos o conceito de Responsabilidade Social Empresarial divulgado pelo Ethos¹, segundo o qual RSE

é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (ETHOS, 2015).

É interessante, também, acompanhar a RSE pelo seu avesso, quando a ausência de ações da empresa nesta área podem ser sensíveis à reações da sociedade. Um caso conhecido, citado por Mariano (2006), é o da Nike, empresa de produtos esportivos, que em 1998 foi denunciada pelo grupo de direitos humanos *Global Exchange*. Através de um relatório foram denunciadas as más condições de trabalho e exploração do trabalho infantil em fábricas fornecedoras de produtos para a Nike na Indonésia. Por se tratar de uma empresa de porte mundial o fato percorreu manchetes e chegou ao conhecimento de muitas pessoas. Após essas notícias, a empresa foi alvo de manifestações e houve queda nas vendas. Até aquele momento conhecida como exemplo de gestão empresarial, a Nike viu-se afetada diante das denúncias e rapidamente convocou uma coletiva de imprensa no intuito de que seu presidente se desculpasse publicamente. Ao mesmo tempo, a empresa elaborou um código de conduta, que incluía a contratação de pessoas acima da maioria e, na área ambiental, apresentou regulamento sobre a qualidade do ar e uso de derivados do petróleo. Ainda através do mesmo documento, foi criado o cargo de

¹ Definição de RSE usada pelo Ethos, International Finance Corporation (IFC), Sustainability Institute, Corporate Social Responsibility (CSR – Europe), dentre outras instituições citadas no Glossário do Ethos Disponível em < <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf> > Acesso em: 10 out 2015.

responsável pela responsabilidade corporativa e estabelecida a liberdade de associação dos empregados².

Caso diferente, também mencionado por Mariano (2006), é o da empresa Ingá Mercantil, que extraía cádmio na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro, em 1976. A empresa, no mesmo ano, foi considerada a responsável pelo mais grave caso de poluição industrial do Estado do Rio de Janeiro. Durante vinte anos a Fundação Estadual de Energia do Meio Ambiente (Feema) fez exigências, que não foram cumpridas. Em 1998, devido à resposta negativa dos bancos em continuar a oferecer suporte financeiro à empresa, diante do alto passivo ambiental (vazamento de metais pesados), a Ingá decretou falência.

A comparação entre esses dois casos serve para ilustrar que ao passo que a Nike elaborou programas de responsabilidade social, código de ética e assumiu outra postura diante das denúncias e críticas sofridas, a Ingá, durante duas décadas, ignorou notificações oficiais da Feema e pagava multas, acreditando ser possível continuar com a mesma postura. Isso mostra que empresas que não estiverem capacitadas a oferecer respostas efetivas aos problemas causados por sua própria postura podem sofrer reveses.

Nas últimas décadas uma postura socialmente responsável passa a ser cada vez mais exigida das empresas, principalmente das que atuam em escala internacional.

Alguns autores tratam a Responsabilidade Social Empresarial como ação natural e esperada da empresa, sendo a última vista como maximizadora de lucros. Neste caso, a adoção da Responsabilidade Social surge como uma forma de aumento dos rendimentos buscado por atores maximizadores de suas oportunidades. Já outro grupo de autores aborda a empresa como uma construção social. Para eles a Responsabilidade Social é parte de um contexto, incluído num campo cognitivo, no qual suas ações se justificam. Esta é a perspectiva adotada nesta pesquisa. Autores como Cappellin e Giffoni (2007) e Sartore (2012b, 2012c, 2011) demonstram que o que é denominado Responsabilidade Social Empresarial se constitui em diferentes contextos atendendo diferentes demandas e se justificando de forma muito particular. Cappellin e Giffoni

² Caso semelhante ao escândalo da Volkswagen, quando se descobriu uma fraude no medidor de emissão de poluentes em agosto de 2015 e as ações da empresa despencaram em mais de 20% , segundo notícia publicada no jornal O Globo, em 21/09/2015. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/carros/acoes-da-volkswagen-despencam-mais-de-17-com-escandalo-sobre-emissoes-nos-eua-17558453>> Acesso em: 30/10/2015.

(2007) fazem essas afirmações após comparar os cenários dos Estados Unidos, União Europeia e Brasil.

No cenário brasileiro, Marina Sartore (2011, 2012a, 2012b, 2012c) é uma das autoras que afirma que após décadas de iniciativas empresariais voltadas à filantropia e ações assistencialistas, a Responsabilidade Social Empresarial se converte em verdadeira tecnologia de gestão. Autores como Jacques (2010) afirmam, no mesmo sentido, que as tecnologias de Responsabilidade Social Empresarial, ao justificar as empresas, retiram de suas obrigações a proteção de empregados terceirizados, substituindo em seu discurso a responsabilidade legal por Responsabilidade Social Empresarial.

A escolha da Nova Sociologia Econômica como referencial motor para a análise teórica desta pesquisa se dá pelo fato de que a NSE, segundo Granovetter (2003), é fundamentada no pressuposto de que sociedade e economia atuam uma sobre a outra, sendo mutuamente enraizadas. Ou seja, permite pensar sociologicamente economia e sociedade em interação. Nesse contexto e partindo de autores como Max Weber, Luc Boltanski e Ève Chiapello o presente trabalho pretendeu abordar o tema da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) através de uma grande empresa que elabora programas de RSE: a Tractebel Energia.

A Tractebel Energia, empresa catarinense com sede em Florianópolis, foi criada em 1998, com a aquisição da antiga estatal Gerasul por parte do Grupo franco-belga GDF Suez. O Grupo GDF Suez, em maio deste ano, passou a se chamar Engie. Segundo o site da Tractebel³, o Grupo Engie está avaliando a declinação do novo nome nas suas diferentes empresas. A intenção da mudança é racionalizar e simplificar a carteira de marcas para reforçar a legibilidade, notoriedade e a coerência global em benefício da nova marca. Nesse mesmo momento foi divulgado que a Engie possui 152.900 funcionários em todo o mundo. Cotado nas bolsas de Bruxelas, Luxemburgo e Paris, o Grupo Engie está representado nos principais índices internacionais: CAC 40, BEL 20, DJ Euro Stoxx 50, Euronext 100, FTSE Eurotop 100, MSCI Europe, ASPI Eurozone, Vigeo World 120, Vigeo Europe 120 e Vigeo France 20 (TRACTEBEL, 2015).

³ Informações disponíveis no site da empresa Tractebel Energia, controlada pelo grupo Engie. Disponível em <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/negocios/conheca-o-mercado-de-energia/grupo-gdf-suez>> Acesso em: 10 jun 2015.

Segundo nota divulgada à imprensa⁴, através da Tractebel Energia, a Engie Brasil é a maior produtora privada de energia elétrica no país, operando com uma capacidade instalada de 7.027 MW em 27 usinas, o que representa cerca de 7% da capacidade do país. “O Grupo possui 85% de sua capacidade instalada no país proveniente de fontes limpas, renováveis e com baixas emissões de gases de efeito estufa, posição que tem sido reforçada pela construção de novas usinas eólicas no nordeste do país” (ENGIE, 2015). Atualmente, a Engie está construindo uma das maiores hidrelétricas do Brasil, a de Jirau (3.750 MW), no rio Madeira, em Rondônia. Além disso, o Grupo também está presente no país em serviços relacionados à energia através de suas subsidiárias LEME Engenharia, Cofely do Brasil, Ineo do Brasil e Cofely Axima. A Engie detém 68,71% das ações da empresa e, segundo informações do site da Tractebel⁵, o grupo é o maior produtor independente de energia no mundo e principal fornecedor de energia e serviços da Europa. Ainda de acordo com o site, a Engie detém uma forte presença no país através de atividades no setor energético e atuando igualmente nos setores de engenharia e de meio ambiente. Em 2013, a Engie teve no país um faturamento de R\$ 6,2 bilhões, receita de 74,7 bilhões de euros em 2014 e investimentos previstos de 27 bilhões até 2016.

É possível observar a presença da Responsabilidade Social Empresarial já nas primeiras linhas do site da empresa. Segundo informações da empresa controlada⁶, a Engie atua baseada em um modelo de crescimento responsável, possuindo experiência em quatro setores relacionados ao suprimento de energia: gás natural, serviços relacionados à energia, produção independente de energia e serviços ambientais.

⁴ Informações disponíveis no site da Engie. Disponível em <<http://www.gdfsuezla.com/pt/gdf-suez-becomes-engie/>> Acesso em: 10 jun.

⁵ Informações disponíveis no site da empresa Tractebel Energia, controlada pelo grupo Engie. Disponível em <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/negocios/conheca-o-mercado-de-energia/grupo-gdf-suez>> Acesso em: 10 jun 2015.

⁶ Informações disponíveis no site da empresa Tractebel Energia, controlada pelo grupo Engie. Disponível em <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/negocios/conheca-o-mercado-de-energia/grupo-gdf-suez>> Acesso em: 10 jun 2015.

O que faz com que a responsabilidade social esteja no centro das preocupações das empresas nas últimas décadas? Segundo Weber, o fato de um objeto constituir interesse para o ator econômico não é uma característica inerente ao objeto; depende antes da forma subjetiva de investimento do ator econômico, como veremos no capítulo teórico. O autor mostra como surge lentamente na passagem da Idade Média para a Era Moderna uma mentalidade econômica que torna a noção de empresa, ou a lógica do lucro materializada na forma de uma empresa, racional e central no capitalismo. Nas últimas décadas, como mostram Boltanski e Chiapello (2009), não basta apenas a empresa existir, ela precisa se justificar em meio às contradições do capitalismo no final do século XX. Para estes autores, o que faz o sistema capitalista, mais do que gerar lucros, é gerar as justificativas que tornam as empresas razoáveis. Esta afirmação constitui o eixo de análise desta pesquisa.

Seria possível afirmar que as ações de Responsabilidade Social seriam formas de absorver críticas e justificar suas ações mobilizando-as a seu favor? Em outras palavras, porque a Tractebel elabora e publica os relatórios de sustentabilidade todos os anos? Nesta pesquisa tentamos responder esta questão através da análise da RSE da empresa Tractebel Energia a partir da perspectiva da Sociologia Econômica, em particular através de Weber, Boltanski e Chiapello.

Objetivo e Objetivos Específicos

Tendo como objetivo principal conhecer as principais características da Responsabilidade Social feita pela Tractebel, os objetivos específicos são: a) conhecer o histórico da Responsabilidade Social no Brasil; b) entender como a empresa elabora suas ações de SER e c) analisar como a Tractebel comunica suas ações de RSE.

A hipótese inicial de pesquisa é: o investimento e divulgação por parte da Tractebel nas iniciativas de RSE podem constituir um quadro de justificação da empresa, conforme explica Boltanski e Chiapello (2009).

Justificativa

O tema da responsabilidade social nas empresas é algo que tem ganhado destaque como objeto de pesquisa, como visto em Jacques

(2010, 2015), Sartore (2011, 2012a, 2012b, 2012c) e Cappellin e Giffoni (2007). Entretanto existem ainda poucas pesquisas com o enfoque da Nova Sociologia Econômica.

Um das pesquisas recentes que abrangem a RSE dentro Sociologia Econômica é, por exemplo, a de Jacques (2010), a qual analisou a empresa *Whirlpool* (2010), localizada em Joinville, maior fabricante mundial de eletrodomésticos. Em outra pesquisa Jacques (2015) analisa o conglomerado de empresas têxteis Indtex fazendo uma comparação Brasil/Portugal. Já analisando o tema da RSE como uma das facetas do processo de financeirização no Brasil encontra-se as pesquisas de Sartore (2012a, 2012b, 2012c).

A opção pela Tractebel foi feita porque é uma grande empresa, tendo suas ações um alcance maior. Além disso, é uma empresa com sede em Florianópolis, o que traz a pesquisa para um local mais próximo, ou seja, as análises serão sobre uma empresa que atua no Estado de Santa Catarina, mas também em todo o país. Somado a esse fato, a Tractebel é controlada pelo grupo franco-belga Engie, o maior produtor de energia da Europa. Ou seja, pertencer ao Engie sinaliza que ela faz parte de um grupo multinacional que atua no mercado externo, além de estar presente no mercado de ações, que é uma característica das grandes empresas.

Soma-se a isso o fato de que participo do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica (NUSEC) e desde 2014 ter interesse no tema, quando fiz a disciplina de Sociologia Econômica, ministrada pela Prof^a Dr^a Marcia da Silva Mazon, orientadora deste trabalho. Além desta disciplina apresentar novos autores, e de o tema da Responsabilidade Social ser muito pouco estudado na graduação de Ciências Sociais, despertou-me atenção para a quantidade de empresas que fazem a chamada responsabilidade social, tanto localmente quanto a nível nacional, como constatado por mim em breve pesquisa exploratória.

Buscando aproximar a discussão do tema para uma realidade próxima, optei por estudar a empresa catarinense Tractebel Energia, pelo fato de ser uma grande empresa de destaque estadual e nacional no setor em que atua e também por seus programas de ações de RSE serem elaborados por um setor específico dentro da empresa, conforme foi constatado em minha pesquisa exploratória.

Tractebel e o reconhecimento público: mídia e legitimação

Os prêmios e certificações recebidos⁷ pela empresa, relacionados à RSE, mostram o seu esforço e investimento com relação à imagem da empresa. Entre eles se destacam: o Troféu Transparência (pela quinta vez em 2014), dado pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), um dos prêmios mais valorizados no mercado empresarial brasileiro, o Prêmio Brasil Ambiental, da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (AMCHAM-RJ), nas categorias Responsabilidade Socioambiental e Emissões Atmosféricas, além da divulgação anual, desde 2007, dos Relatórios de Sustentabilidade, seguindo os padrões do GRI ("*Global Report Initiative*" ou "Iniciativa de Relatórios Global").

A GRI é uma organização internacional independente, sem fins lucrativos, que desenvolve uma Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade que ajuda as empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar o impacto do negócio sobre questões críticas de sustentabilidade, tais como a mudança climática, direitos humanos, corrupção e outros⁸. Somado a isso estão os certificados de Responsabilidade Social recebidos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) em 2012, 2013 e 2014, e o Troféu de Destaque em Responsabilidade Social em Santa Catarina, em 2012, na categoria grande empresa (indústria)⁹. Para este Troféu concorrem pequenas, micro, médias e grandes empresas, divididas em dois grupos (Comércio/Serviço/Turismo e Indústria). O prêmio reconhece empresas que se destacaram durante o ano no setor em que atuam no estado. Para poder participar do processo de certificação são necessários o cumprimento de requisitos como a publicação de Balanço Social anual e itens referentes a projetos sociais. O Balanço Social, inclusive, é feito anualmente pela Tractebel, sob o nome de Relatório de Sustentabilidade,

⁷ Informações disponível na seção Sustentabilidade, no site da Tractebel Energia. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/sustentabilidade>> Acesso em: 17 mai 2015.

⁸ Texto disponível no site da GRI. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>> Acesso em: 15 mai 2015.

⁹ Informações disponíveis no site da ALESC. Disponível em: <<http://responsabilidadesocial.alesc.sc.gov.br/>> Acesso em: 18 mai 2015.

o que foi decisivo para sua escolha, já que proporciona mais clareza e transparência nas ações a serem estudadas.

No site da Revista Exame, a empresa consta como 16ª empresa do país com as melhores reputações na Bovespa no primeiro semestre deste ano, com valor de mercado de 7,6 bilhões de dólares (REVISTA EXAME, 2015). A soma deste conjunto de fatores resultou na escolha da Tractebel como empresa a ser estudada.

Método

Esta é uma pesquisa qualitativa e exploratória. Para atingir os objetivos colocados o método eleito foi análise documental e pesquisa bibliográfica, além de entrevista feita com o consultor de sustentabilidade da empresa e a coordenadora de Responsabilidade Social. A análise documental foi feita através de quatro documentos: o Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade e a Política Tractebel Energia de Engajamento de *Stakeholders*, Relatório de Sustentabilidade de 2014 e Relatório Anual de 2003. A pesquisa bibliográfica envolveu os autores citados no capítulo 1, Referencial Teórico, além de outros que discutem sobre o tema. Além disso, foi realizada uma análise de conteúdo baseada na frequência do surgimento da expressão Responsabilidade Social Empresarial nos dois relatórios analisados, de 2003 e 2014. A entrevista por e-mail consistiu em cinco perguntas. A entrevista durante visita a sede da empresa incluiu 10 perguntas (Apêndice A).

Segundo Bardin (2010), a análise de conteúdo é um método de análise de comunicações, usado em pesquisas qualitativas, que busca o número de vezes que um termo aparece em um texto. Os resultados da análise de conteúdo podem ser informações, pistas de observação ou hipótese confirmadas. Nas Ciências Sociais, segundo Bardin (2010), a análise de conteúdo pode servir como um método do discurso declarado dos agentes sociais. Nessa pesquisa o discurso é o da empresa Tractebel Energia, tomada como ator social.

De acordo com Oscar Calavia Sáez (2013)

o método é o protocolo que obriga a pesquisa a passar por instâncias outras, em lugar de seguir esse atalho fácil que vai das minhas premissas às minhas conclusões (que intuitivamente se alinham com conclusões já consagradas, ou contra elas) (SÁEZ, 2013, p. 51).

Por isso, segundo o autor, esse item denomina-se método e não metodologia, que é o discurso e reflexão sobre o método.

A entrevista com o Consultor em Sustentabilidade e em Relações com Investidores e com a Coordenadora de Responsabilidade Social foi feita na sede da empresa, em Florianópolis, de forma semiestruturada, também chamada de semidiretiva ou semiaberta. Se tratando de entrevista semiestruturada, a atenção é dada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003 *apud* MANZINI, 2004). A partir delas nortearam-se possíveis outras perguntas.

Para Manzini (2004), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador. Sendo assim, foi feita esta opção de modalidade de entrevista já que ela “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua compreensão [...]”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador durante o processo de coleta de informações (TRIVINOS *apud* MANZINI, 2004).

Análise

Sobre o que foi encontrado nos documentos analisados, nos dois Relatórios constam dados financeiros e relacionados às ações de responsabilidade social da empresa relativos ao ano anterior.

Com relação ao ambiente legal da RSE no Brasil, não existe uma lei nacional que determine empresas a produzirem esses relatórios ou programas de responsabilidade social. Por outro lado, existem diretrizes elaboradas e divulgadas, a nível nacional, pelo Instituto Ethos e ABNT 16000, por exemplo. A ABNT NBR 16000 (INMETRO, 2015) é a primeira regulamentação relacionada à RSE no Brasil e não significa que seu cumprimento faz da empresa socialmente responsável, mas que ela possui uma gestão de responsabilidade social. A outra norma relativa à RSE, segundo o Instituto Ethos¹⁰, é a ABNT NBR ISO 26000, baseada na Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, do ano de 2010. Não é uma norma para as empresas que têm

¹⁰ Informações disponíveis no site do Instituto Ethos. Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.VikUdn6rTIU>> Acesso em: 22 ago 2015.

programas de RSE, mas uma diretriz que ajuda a padronizar a forma como essas ações são executadas e que auxilia na elaboração de relatórios. Ainda segundo o Ethos, ela não é passível de certificação, ao contrário da ABNT 16000 (ETHOS, 2015). O que mais se aproxima de uma fiscalização ou regulamentação da atuação da empresa, no caso da Tractebel, que pertence ao setor energético, é a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que controla e regula a instalação e atuação de empresas que produzem e fornecem energia em território nacional.

Ao analisar os documentos, percebemos que existem valores divergentes relativos ao que foi investido em RSE no ano de 2014. Os relatórios analisados, de 2003 e 2014, não são padronizados e são dirigidos, na sua “Apresentação” a grupos diferentes. Há outros relatórios disponíveis no site, entre esses anos, entretanto só foram analisados o primeiro e o último publicado, por falta de tempo e por ambos marcarem a mais antiga e mais recente publicação de um relatório divulgado pela empresa, respectivamente.

No primeiro capítulo apresentamos o referencial teórico, baseado em Max Weber, Luc Boltanski e Ève Chiapello. No segundo capítulo fizemos um panorama histórico sobre a Responsabilidade Social Empresarial nos Estados Unidos, União Europeia e, por último, Brasil. No terceiro e último capítulo analisamos alguns documentos da empresa, focando em dois relatórios, como já mencionado, além da entrevista.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO

A Nova Sociologia Econômica auxilia no estudo sobre a responsabilidade social empresarial porque permite pensar a economia e sociedade em relação, conforme afirma Vinha (2001), ao contrário da teoria econômica clássica, onde o mercado é formado por sujeitos que buscam somente maximizar lucros. A autora observa como é perceptível no resgate de valores como ética, solidariedade e confiança na agenda empresarial – também chamado de responsabilidade social corporativa - o potencial de negociação de conflitos e gestão de interesses. Ou seja, de formação de um ambiente capaz de criar acordos sobre regras e convenções (VINHA, 2001).

A Nova Sociologia Econômica, portanto, busca ver a economia e a sociedade em relação. Conforme explica Granovetter (2003), nem a ciência econômica ou a sociologia conseguem explicar a complexidade do homem como ser social. A primeira, para o autor, é uma visão atomizada e subsocializada encerrando uma perspectiva utilitarista dos formalistas, que enxergam os atores como átomos que agem independente do contexto social. Esta visão isola os atores do contexto social. Os argumentos teóricos desta perspectiva, segundo o autor (GRANOVETTRE, 2003, p. 72) “desvalorizam qualquer influência das relações sociais na produção, distribuição ou consumo”. No segundo caso – defesa dos substantivistas - há uma supersocialização ao crer que todos os comportamentos são prontamente internalizados e que as relações sociais são somente efeito disso. Nesta situação os atores são escravos da estrutura social. A interpretação de que a sociedade determina o comportamento individual também é mecânica, ou seja, uma vez conhecida a posição social ou no mercado de trabalho, o comportamento do indivíduo é automático, previsível, já que ele apenas interiorizaria comportamentos determinados.

Diante desta análise, Granovetter (2003) faz uma afirmação que funda a NSE. Este autor faz um convite que segue o caminho do meio: no passado e no presente as ações econômicas somente podem ser explicadas pelo seu contexto específico. Dito isso, para a análise desta pesquisa os

autores que compõem o referencial teórico são Max Weber, Luc Boltanski e Ève Chiapello.

1.1 Max Weber: ação social e tipos de ação

Segundo Max Weber (2009), a sociologia tem como unidade básica de análise a ação social do indivíduo. Mais especificamente, o sentido que o indivíduo atribui às suas ações, ou comportamento. Para responder a questão da gênese da Responsabilidade Social Empresarial é necessário responder primeiro de onde vêm as empresas. Ou, seguindo a ideia de Weber, responder de onde surge uma mentalidade econômica que torna a ação empresarial possível. Em História Geral da Economia, Weber (1968) diferencia dois contornos de ação econômica: a primeira - predominante até o final da Idade Média – é definida como gestão tradicional, não visava o lucro e era caracterizada como economia doméstica. A segunda forma de gestão econômica emerge ao final da Idade Média e dá início a era moderna, é chamada de gestão capitalista ou gestão voltada ao lucro.

A empresa moderna, segundo Weber (1968), é a antítese do *oikos*. O *oikos* representa uma forma tradicional de economia doméstica, orientada para a subsistência e produção destinada ao senhor ou aqueles que o cercam. A chamada economia doméstica tradicional aparece antes da geração de lucros e foi o tipo dominante de ação econômica durante toda a Idade Antiga e parte da Idade Média. A empresa moderna é a antítese do *oikos* e orientada para a produção para o mercado, ou seja, é como Weber denomina: uma forma de geração de lucros contínua. Da mesma maneira, Weber diferencia riqueza de capital (renda ou lucro), já que a primeira normalmente é usada para satisfação das próprias necessidades enquanto que o segundo é usado para obter controle sobre mercadorias e serviços. Um mercado concreto, para Weber (1968), pode estar sujeito a uma ordem acordada de forma autônoma pelos participantes ou impostas pelas comunidades mais diversas, particularmente associações políticas ou religiosas.

De acordo com Weber (1968), o nascimento do capitalismo moderno foi um processo longo e complexo, que incluiu a construção do Estado, novas instituições econômicas, o surgimento de uma nova mentalidade econômica e a introdução de novas tecnologias. E é somente nos tempos modernos que, para o autor, faz sentido falar em uma esfera econômica, a princípio autônoma, mas que interage com outras esferas sociais. Questões como a queda do feudalismo, com o desligamento da dependência social e econômica entre senhor e camponês, e o

desenvolvimento da burguesia nas cidades, são períodos anteriores à era capitalista moderna e que serviram para modelar e tornar possível, dentro de longos períodos temporais, o desenvolvimento do que hoje se conhece como capitalismo moderno e suas intuições.

Para Weber (1968), havia três ordens de fatores que tornaram possível a formação do capitalismo moderno: econômicos, políticos e religiosos. Como fatores econômicos ele destaca o surgimento de mercados de massa, a contabilidade moderna, o trabalho livre e assalariado, a ciência e tecnologia modernas, a fábrica moderna e o surgimento das sociedades anônimas ou por ações. O segundo grupo de fatores são políticos, que incluem a noção de cidadania, ou a noção de que o indivíduo podia fazer parte de uma organização política distinta de unidades sociais como a família ou o clã, típica da cidade ocidental e mais tarde do Estado moderno. Junto ao desenvolvimento do Estado moderno, houve o desenvolvimento de um sistema orçamentário e da política econômica sistemática. Por fim, o último fator que contribui para a formação do capitalismo moderno, segundo o autor, é a religião. O controle do tradicionalismo sobre a sociedade era estimulado pela magia. O judaísmo, segundo o autor, especialmente hostil à magia, dá a ela um caminho diferente do tradicional. Outra contribuição da religião para o capitalismo moderno foi ir contra a noção negativa católica relacionada à ação econômica metódica motivada pelo lucro. O protestantismo ascético, por outro lado, relaciona a ação econômica sistemática, o trabalho e a obtenção de lucros a partir da noção de predestinação. Para Weber, o desenvolvimento dos três fatores resulta de forma involuntária no surgimento do sistema econômico chamado por ele de capitalismo ocidental, ou capitalismo racional. Em outros termos, o capitalismo moderno, também chamado de racional, pressupõe economia organizada em empresas racionais que produzem visando o lucro e usam a tecnologia racional e o trabalho formal livre.

Já na obra *Economia e Sociedade*, o autor (WEBER, 2009, p. 419) busca examinar algumas relações sociológicas elementares dentro da economia. Ele afirma que, sociologicamente o mercado representa uma existência simultânea e sequencial de relações associativas racionais, onde cada uma é efêmera por cessar com a entrega dos bens de troca. Troca, por sua vez, que envolve dinheiro ou compra, é uma relação social, já que o dinheiro desempenha sua função apenas por se referir à ação de terceiros.

Para Weber (2009, p. 37), uma ação é economicamente orientada quando é direcionada a suprir o anseio de ter certas utilidades enquanto gestão, ou ação econômica, é o exercício pacífico do poder de disposição.

Chama-se gestão econômica racional quando a ação tem caráter racional com relação a fins e segue um plano. Economia, por sua vez, é a gestão autocéfala e frequente, enquanto empresa econômica acontece quando esta gestão toma forma de organização própria de uma empresa, além de ser contínua. Ou seja, a diferença entre ação economicamente orientada e gestão econômica, na teoria weberiana (WEBER, 2009) está no fato de a primeira ser orientada na sua origem por outros fins, mas durante a ação considera a situação econômica ou ação que também é determinada pela situação econômica, porém, não é a princípio guiada por ela. Portanto, gestão econômica significa uma orientação fundamentalmente econômica e subjetiva, de acordo com Weber (2009, p. 38).

A gestão econômica é fundamentada na orientação econômica. Esta, por sua vez, é realizada de forma racional referente a fins ou de forma tradicional. A gestão econômica racional está condicionada, também, por ações e acontecimentos que não são econômicos. Com isso, Weber explica (2009, p. 41) que, em que pese a forte racionalização da ação a influência da orientação tradicional se mantém importante.

A troca, para Weber (2009), é um compromisso de interesses entre os participantes, numa relação econômica, através do qual se ofertam bens como retribuição recíproca, podendo ser ambicionada e feita por meio tradicional ou convencional, sendo irracional do ponto de vista econômico ou de forma racional, quando economicamente orientada.

Troca significa:

toda oferta baseada num acordo formalmente voluntário, de utilidades atuais, contínuas, presentes ou futuras [...]. Assim é, por exemplo, a entrega ou disposição da utilidade de bens ou dinheiro para retribuição futura em bens da mesma espécie, ou a obtenção de alguma licença ou autorização de “desfrute” de certo objeto contra pagamento de “aluguel” ou “arrendamento”, ou a prestação de serviços de qualquer espécie contra um salário” (WEBER, 2009, p. 44).

Tendo em vista que as ações de RSE da Tractebel serão tratadas nesta pesquisa como ação social, no sentido weberiano, cabe aqui lembrar o seu conceito, que segundo Weber (2009, p. 13) é toda ação orientada pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou futuro. O termo outros pode se referir a um indivíduo conhecido ou vários indivíduos desconhecidos. Em outras palavras, é necessário analisar o contexto no qual a ação de RSE se realiza para compreender os significados que a legitimam.

Toda ação social, para Weber (2009), pode ser analisada à luz de quatro tipos ideais: racional referente a fins, racional referente a valores, afetiva e tradicional. O primeiro tipo de ação é determinado por expectativas com relação a outras pessoas ou objetos exteriores. Essas expectativas são os meios para atingir fins determinados e perseguidos racionalmente. A segunda forma de ação é movida pela crença, consciente, no valor inerente a determinado comportamento, independente do resultado. Uma ação afetiva é determinada por emoções atuais ou afetos. Por fim, a ação social determinada de forma tradicional é conduzida pelo costume.

Quanto a relação social, a sociologia weberiana (WEBER, 2009) entende que é o comportamento que se refere, de forma recíproca, a seu conteúdo de sentido por vários agentes e que é orientado por essa referência. Ou seja, relação social é baseada na possibilidade de que se aja de modo socialmente indicável. É necessário, na relação social, o relacionamento ser recíproco entre as partes, o que não o obriga a ser amigável, mas sim referido a outro, ou outros, quanto a seu conteúdo (que pode ser, por exemplo, amor, amizade, ódio, piedade, troca mercantil, concorrência econômica ou de qualquer outro tipo).

De acordo com Weber (2009), toda ação, especificamente a social, pode repetir-se sempre com o mesmo agente, com sentido homogêneo, e chama-se uso. Ou seja, existe uso quando há uma regularidade na orientação da ação social. Uso, portanto, difere de costume, que é a ação social que se repete por hábito. De forma oposta, a regularidade social ou a repetição da ação social é condicionada por interesses “quando e na medida em que a probabilidade de sua existência empírica depende unicamente de que os indivíduos orientem por expectativas suas ações puramente racionais referente a fins” (WEBER, 2009, p. 18). Toda ação e relação social, segundo Weber (2009, p. 19), quando frequentes podem ser norteadas pela representação de uma ordem legítima quando ocorre a vigência de regularidade naquelas. A legitimidade de uma ordem pode ser salvaguardada por atitude interna: de modo afetivo, racional referente a valores (pela crença na vigência absoluta, quando ela é a expressão de valores obrigatórios, como os morais), de modo religioso (a crença de que a salvação é dependente do seu cumprimento) e por expectativas de consequências externas (por interesse). A ordem pode ser denominada convenção quando sua vigência é monitorada dentro do círculo de pessoas que podem reprovar um comportamento proibido, ou direito, quando há possibilidade de coação por grupos de indivíduos que tem como função obrigar seu cumprimento ou penalizar possíveis violações (WEBER, 2009, p. 21). A constituição

da era moderna pode ser analisada à luz de sua forma, como empresa e bancos, e através do seu espírito: o desejo dos seres humanos de aquisição de bens. A obra de Weber é retomada por vários autores, entre eles Boltanski e Chiapello, que afirmam haver um novo espírito do capitalismo a partir da segunda metade do século XX.

1.2 Luc Boltanski e Ève Chiapello: o novo espírito do capitalismo e a justificação

Bolstanki e Chiapello, em *O novo espírito do capitalismo* (2009), tendo como objeto as mudanças ideológicas que acompanharam as recentes transformações no capitalismo, afirmam que o que capitalismo produziu de mais importante nas últimas décadas são suas justificativas, e não bens. Houve uma mudança na forma como empresas e empregados se relacionam, bem como a forma que a empresa capitalista se relaciona com a sociedade na qual está inserida. Os autores buscam compreender a maneira como se modificam as ideologias associadas às atividades econômicas capitalistas. Ideologia no sentido de conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações, portanto, fixadas na realidade. Eles buscam estabelecer o modelo de transformação, baseado em análises pragmáticas, capazes de considerar as formas como as pessoas se engajam na ação, bem como suas justificativas e o sentido que elas atribuem aos seus atos (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 33). Ao utilizar o conceito espírito do capitalismo os autores explicam que ele permite relacionar os dois principais conceitos sobre os quais acontece a análise: o de capitalismo e crítica, através de uma articulação dinâmica.

A justificação das formas de práticas históricas do capitalismo, para ser levada a sério diante das críticas de que o capitalismo é objeto, também deve submeter-se a provas de realidade. Ou seja, para ser aprovado o capitalismo deve se justificar em determinados dispositivos, regras e convenções, que não se restringem a busca do lucro, mas também são orientados para o que é justo. A interiorização das justificações pelos atores do capitalismo introduz a possibilidade de autocrítica e favorece a autocensura. Nas palavras dos autores, o capitalismo “interioriza a autocrítica e favorece a autocensura e a auto eliminação das práticas não conformes” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 59).

Ao estudarem o espírito do capitalismo e sua evolução, os autores sinalizam que o sistema capitalista revelou-se infinitamente mais robusto e menos tenebroso do que acreditavam seus opositores. Eles ainda

afirmam que o impacto das críticas sobre o espírito do capitalismo faz com que o capitalismo, com o objetivo de apaziguá-las e conservar a adesão, “incorpora, nessa operação, uma parte dos valores em nome dos quais era criticado” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 61). O capitalismo não sofre críticas apenas dos que são anticapitalistas, mas também a recusa do consumidor em comprar um produto ou serviço, como o exemplo do caso da Nike mencionado na Introdução. Este tipo de crítica, segundo os autores (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.79) é mais fácil de ser aceita pelo capitalismo, embora ele também busque escapar dos entraves que ela provoca, por exemplo, com a formação de conglomerados empresariais, fusões ou carteis. Da mesma forma, a rivalidade que a concorrência no mercado provoca entre os capitalistas os obriga a procurar vantagens sobre os opositores ou concorrentes, seja através da inovação tecnológica, desenvolvimento de novos produtos e serviços, aperfeiçoamento dos que já são ofertados ou modificação das formas de organização do trabalho.

Ao analisar as críticas ao capitalismo, Boltanski e Chiapello (2009, p. 72) assinalam as quatro mais frequentes, que são: o capitalismo como fonte de desencanto, de opressão, de desigualdades e de oportunismo e fonte de egoísmo. Consideram a crítica um dos motores mais fortes do espírito do capitalismo porque ao pressionar o capitalismo a se justificar, a crítica o obriga a reforçar os dispositivos de justiça que ele comporta e a referir-se a certos tipos de bens comuns, a serviço dos quais afirma estar. O impacto também pode ser indireto ao provocar o capitalismo a movimentar-se mais rápido. Mas, nem todos os movimentos ou deslocamentos do mesmo podem estar ligados a sua crítica. Isso, porque a dinâmica capitalista está, para Boltanski e Chiapello (2009), ligada apenas parcialmente à crítica.

Se o capitalismo não só sobreviveu – contrariando os prognósticos que regularmente anunciaram sua derrocada – como também não parou de ampliar seu império, foi porque pôde apoiar-se em certo número de [...] justificações compartilhadas, que o apresentam como ordem aceitável e até desejável, a única possível, ou a melhor das ordens possíveis (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 72).

O espírito do capitalismo, para os autores (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 42) é o conjunto de crenças associadas à ordem econômica capitalista, que contribuem para sustentar e justificar tal ordem, legitimando as formas de ação e disposições coerentes com ela.

Essas justificações, globais ou locais, são expressas em termos de justiça ou virtude e respaldam, de forma geral, a adesão a um estilo de vida capitalista.

O novo espírito do capitalismo corresponde, então, ao surgimento de um espírito posterior ao capitalismo mercantil e ao capitalismo industrial. São fases diferentes do capitalismo, com seus respectivos espíritos (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). Os autores ressaltam que adotam o método do tipo ideal weberiano, de forma a sistematizar e evidenciar o que lhes parece específico de cada época, em oposição às épocas anteriores. Eles (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009) explicam, ainda, que o espírito do capitalismo é incorporado e oferecido, por excelência, como algo que deve ser compartilhado no discurso da gestão empresarial – que pretende ser, simultaneamente, global e local, misturando preceitos gerais e exemplos práticos. Além das justificações em termos de bem comum, que são necessárias para responder à crítica, os executivos precisam também, tal como os empresários na teoria weberiana (citados, por exemplo, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*) de motivos pessoais para o engajamento (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Boltanski e Chiapello (2009) elencam duas descrições de espírito do capitalismo antes do chamado novo espírito do capitalismo, o mais recente. A primeira descrição é relativa ao final do século XIX e é centrada na imagem do burguês empreendedor, característica de um período em que o espírito capitalista é caracterizado pelo empreendedor que se desloca dos limites da vida local, de comunidade, graças ao desenvolvimento de meios de comunicação e trabalho assalariado. A figura do burguês nesta fase somava novas disposições econômicas, que incluíam espírito poupador, desenvolvimento de habilidades contábeis, de cálculo e previsão, somados a posicionamentos tracionais domésticos, como a importância atribuída à família, à linhagem, ao patrimônio e o caráter familiar das relações com os empregados. O utilitarismo era a justificativa para o capitalismo, em nome do progresso. Esse espírito do capitalismo é ligado à imagem do burguês, ainda associado com as formas do capitalismo essencialmente familiar, de um período em que o gigantismo empresarial não era ainda buscado. Patrões e empregados se conheciam pessoalmente e a vida da empresa era intimamente associada com a vida familiar do proprietário.

O segundo espírito do capitalismo (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 50) é típico do período entre as décadas de 1930 e 1960. O mote, desta vez, é menos a figura do empresário, ou empreendedor, e mais a organização, a própria empresa. O espírito do

capitalismo aqui é caracterizado pela figura do diretor, que diferente do acionista que quer aumentar sua riqueza pessoal, é movido pelo objetivo de aumentar o tamanho da empresa ou firma onde trabalha e é focado na padronização dos produtos, produção e consumo em massa e em novas técnicas de *marketing*. Aqui, a justificação é feita através da crença no bem comum, por meio de um ideal que inclui esperança na ciência e na técnica, na produtividade e eficácia. Esse segundo espírito gira em torno da figura do diretor e dos executivos e está ligado a um capitalismo onde parte considerável de seus principais cargos possuía diplomas universitários. O quadro de acionistas se torna mais anônimo e grande parte das empresas se desvinculam das famílias que as criaram.

O terceiro espírito do capitalismo, segundo Boltanski e Chiapello (2009), também chamado de capitalismo globalizado, é caracterizado pela expansão das empresas multinacionais. É o espírito do capitalismo da atualidade, caracterizado pelas grandes empresas de alcance global e financeirizadas.

O efeito da crítica ao capitalismo pode deslegitimar os espíritos anteriores, levando-o a tomar nova forma e a incorporar parte dos valores em nome dos quais era criticado. A justificação do capitalismo, destacam os autores (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), supõe referência a construções de outra ordem, que não a econômica, da qual originam exigências completamente diversas daquelas impostas pela busca do lucro, como é o caso da Responsabilidade Social Empresarial.

Dito isto, Boltanski e Chiapello (2009, p. 65) afirmam que o estudo do espírito do capitalismo e de suas mudanças é uma forma de entrada para a análise da dinâmica do capitalismo e de suas críticas. Existem ainda mudanças no espírito do capitalismo que independem das críticas, apesar destas constituírem o motor mais direto quanto à dinâmica desse espírito. Além da concorrência, a observação dos movimentos estratégicos que ocorrem nos mercados faz com que os atores capitalistas se obriguem a buscar vantagens sobre seus competidores, como inovação tecnológica, desenvolvimento de novos produtos ou serviços e melhora dos que já existem, bem como modificação das formas de organização do trabalho dentro da empresa.

Ainda segundo os autores (2009), o espírito do capitalismo se manifesta, a cada momento, através de justificações de gestores empresariais e empresários quanto ao bem comum.

Diferente do espírito do capitalismo, a forma do capitalismo pode ser caracterizada, segundo Boltanski e Chiapello (2009, p. 35), como um sistema econômico que enfatiza a exigência de acumulação ilimitada do capital através de meios formalmente pacíficos. Em outras palavras, o

ponto central é substituir continuamente o capital que será, de novo, reinvestido. Para os autores, esta dinâmica é a principal característica do capitalismo como sistema econômico e é o que lhe dá força de transformação.

Por fim, a definição de espírito do capitalismo é o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 42).

O referencial acima apresentado, segundo Weber, Boltanski e Chiapello, inspira a análise das ações de RSE na Tractebel, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

UM HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Nas últimas décadas, a adoção da agenda da Responsabilidade Social Empresarial fez dela um conceito debatido tanto academicamente quanto fora das universidades. O pensamento de que empresas devem produzir mais do que lucro é comum na fala de grupos e pessoas que defendem as chamadas ações sociais promovidas pelo meio empresarial. Dentro do próprio meio empresarial essa agenda é cada vez mais comum, entretanto, pode assumir diferentes formas, sentidos e intenções, dependendo do contexto.

É possível visualizar diferentes grupos que fazem parte do histórico de adoção da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil, com motivos e propósitos diferentes. Exemplo disso são os sindicatos, associações de empresários, movimentos sociais e grupos religiosos.

Para Carvalho e Medeiros (2013), numa visão próxima da economia neoclássica, a RSE é fruto de atores maximizadores de suas oportunidades:

“Ações de responsabilidade social nas empresas surgem da necessidade de as organizações cumprirem a lei, manterem uma boa imagem perante a sociedade em geral, clientes e órgãos reguladores, em específico; da necessidade de otimizar seus desempenhos por meio do treinamento de clientes internos e externos, evitar sanções legais e econômicas e garantir a legitimidade de sua existência perante seus *stakeholders*. Este é o não dito pelos discursos oficiais [...] das empresas” (CARVALHO E MEDEIROS, 2013, p. 33).

Propomos nesta pesquisa, na perspectiva da Sociologia Econômica, questionar a visão acima exposta de que a RSE é a iniciativa de atores individuais e maximizadores com preferências dadas e convidamos a uma análise do contexto no qual a RSE se torna uma ação razoável. Ou, conforme observa Sartore (2003), estudar determinados atores sociais em um determinado espaço de práticas sociais, em um determinado período. No caso desta pesquisa é o espaço das práticas da responsabilidade social empresarial e a empresa como ator social.

Dentro das discussões sobre RSE o termo *stakeholders* se refere ao público interessado nas ações da empresa, como fornecedores, funcionários, clientes, sociedade civil. Outro termo, *shareholders*, faz referência aos acionistas ou controladores das empresas. *Stakeholder* se refere a noção de que a empresa precisa desenvolver as ações sociais de RSE dialogando com os públicos de interesse. A segunda noção está

relacionada exclusivamente com o desempenho das ações da empresa por quem a controla (SARTORE, 2011, p. 218).

De acordo com Cappellin e Giffoni (2007), desde meados dos anos 1960 há uma preocupação em sinalizar a centralidade da empresa no conjunto das transformações sociais. Essa “reabilitação da empresa no sistema social” parece se conectar ao conjunto de alterações internas da própria sociedade (BORZEIX *apud* CAPPELLIN e GIFFONI, 2007, p. 419). Nesse período, nos Estados Unidos foi introduzido o tema do papel social da empresa. A partir do final da mesma década, uma proliferação de significados desse tema surge no Brasil. Na União Europeia ocorre a discussão e firmação de documentos após 1995. Nesses três diferentes cenários o debate sobre a função social da empresa não surge de forma homogênea ou é assumido como plataforma isolada.

2.1 Estados Unidos e União Europeia: a emergência da Responsabilidade Social Empresarial

Nos Estados Unidos, de acordo com Cappellin e Giffoni (2007), o que levou grandes corporações empresariais a mudarem suas estratégias e metas econômicas foi uma discussão iniciada no fim da década de 1960. Diferentes movimentos sociais contestavam a autonomia e isolamento dessas corporações, desencadeando uma crise relacionada à sua independência e seu autogoverno.

Após a Segunda Guerra Mundial, o livro *Social Responsibilities of the Businessman* (1953), de Howard Bowen, considerado uma das maiores referências sobre o tema, trilha o caminho para o debate sobre responsabilidade social, trazendo a questão: “que responsabilidades a empresa deveria assumir como próprias junto à sociedade?” (BOWEN *apud* CAPPELLIN e GIFFONI, 2007). Havia o pensamento de que grandes empresas eram importantes centros de poder, portanto suas decisões afetavam a vida das pessoas.

Ainda sobre o livro de Bowen, nesta obra fica estabelecida a relação entre operações em larga escala de grandes empresas e corporações e seus vários impactos na sociedade, segundo Bitterncourt e Carrieri (2005). O livro apresenta a responsabilidade social como o dever que empresas e corporações têm em perseguir políticas, tomar decisões e seguir linhas de ação de acordo com valores e objetivos desejados socialmente. Essa definição, que enfatiza objetivos e valores sociais, anuncia duas premissas: de que corporações e empresas são agentes sociais que refletem e reforçam valores e que devem a razão de existirem

a um meio social (BITTENCOURT e CARRIERI, 2005, p. 11). Ainda segundo os autores, os valores hegemônicos nos grupos com os quais as empresas e corporações se relacionam pressionam as mesmas a alcançarem equilíbrio com esses valores, no sentido de resguardarem sua imagem conservando a continuidade do negócio. Dessa maneira, agir de forma ética significa para as empresas estar em sintonia com a moral predominante socialmente, pois as relações estabelecidas entre aquelas e suas contrapartes são relações de poder, de força (BITTENCOURT e CARRIERI, 2005, p. 16).

A ideia de justificativa, presente em *O Novo Espírito do Capitalismo*, é o que Bolstanski e Chiapello (2009) chamam de espírito do capitalismo: a ideologia que justifica o engajamento dos atores no capitalismo, como já mencionado. Portanto, esse espírito é o que faz com que o capitalismo permaneça apesar dele mudar de forma de tempos em tempos, quando se vê obrigado a justificar sua existência e permanência. Ou seja, o espírito é uma necessidade para o capitalismo, já que para se manter como sistema econômico ele precisa de uma justificativa, de um convencimento. Uma característica da justificativa do capitalismo, segundo os autores, além das justificações em termos de bem comum, é a necessidade de motivos pessoais para o engajamento no capitalismo (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 48), como já mencionado.

Nos Estados Unidos, para Cappelin e Giffoni (2007) a introdução da questão da responsabilidade social foi alimentada pelas reivindicações políticas e pelas críticas públicas ao posicionamento e ação das grandes corporações. Ou seja, as exigências com relação às ações e posicionamento das grandes empresas vieram em uma onda de outras reivindicações sociais naquele cenário. As principais, citadas pelas autoras, são questões ligadas aos direitos civis, movimentos contra a Guerra do Vietnã, o monitoramento da Igreja Católica e grupos protestantes com relação às ações das empresas em outros países, bem como as iniciativas de movimentos acionistas em politizar o gerenciamento das empresas. Junto a isso havia os movimentos estudantis por todo o país, não só contra a indústria bélica norte-americana, envolvida na Guerra do Vietnã, mas contra as grandes indústrias químicas.

Além disso, nos Estados Unidos, o Conselho Nacional de Igrejas, CNI (NCC em inglês), formado pela Igreja Católica e por igrejas protestantes, desde fins da década de 1940 fazia observações éticas sobre questões econômicas. As igrejas membros do Conselho monitoravam a legalidade e moralidade das ações de empresas norte-americanas principalmente em países da América do Sul e África, com os quais havia

relações econômicas de grandes empresas de tecnologia (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007).

De 1970 a 1977, observam Cappellin e Giffoni (2007), há documentos e resoluções de grupos de acionistas que exigiam, junto com movimentos eclesiásticos, maior transparência nas políticas internas empresarias com relação aos empregos. Desse modo, durante essa década, empresas como Ford, GM, Xerox, Texaco e Polaroid passaram a fornecer dados acerca de suas práticas empregadoras, e em alguns casos formando comitês destinados a examinar essas práticas dentro das empresas (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007, p. 423).

Essas diversas formas de pressão, fortalecidas entre as décadas de 1960 e 1970, e exercidas sobre as empresas nos Estados Unidos, mostram algumas mudanças nas práticas empresarias com relação: ao aspecto e a composição do seu quadro de funcionários, à defesa dos direitos humanos no seu interior e nas sociedades em que seus produtos eram comercializados e à seleção dos mercados consumidores (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007).

Assim, o círculo de atores e instituições que sugerem a Responsabilidade Social Empresarial fazem parte de um cenário que não é prefixado. Ao contrário, ele se expande e se articula com a agenda nacional, de acordo com a capacidade de mobilização de grupos e setores organizados, “bem como em função de sua vitalidade em proporcionar a formação de porta-vozes que interpretem as exigências dispersas na sociedade” (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007, p. 423).

Sobre a atualidade do tema RSE, segundo texto publicado pela Revista Exame,

No contexto socioeconômico atual, a tendência é que empresas deixem de ser meros centros de concentração e de distribuição de riquezas, para assumir uma posição cada vez mais social, dando atenção cada vez maior à comunidade local e global da qual fazem parte. Seja como estratégia de *marketing*, seja para fins fiscais; seja para obter certificações, seja em atenção a uma política de *compliance*, o fato é que as empresas estão em busca da sua responsabilidade social, a chamada responsabilidade social empresarial. As corporações estão aprimorando suas práticas e políticas internas, passam a cuidar do meio ambiente e ter mais atenção aos seus clientes, melhorando o relacionamento com os

consumidores dos seus produtos e serviços (FERREIRA, REVISTA EXAME, 2013).

Segundo Cappellin e Giffoni (2007), na União Europeia, em 1995 o tema da responsabilidade social ganha força com a assinatura do documento *European Business Declaration against Social Exclusion*, por vinte empresas. Para combater a exclusão e o desemprego, o desenvolvimento é eleito como centro das práticas dos negócios em toda sociedade europeia. O diálogo social, entre os representantes dos empregadores e dos trabalhadores, se torna prática tradicional europeia e é incentivado para estabelecer parcerias entre empregados e empregadores na Europa. Exigia-se da empresa somar funções, envolvendo-se no fortalecimento e recuperação de elos sociais entre o empregado e quem o emprega.

Editado em 2001, o Livro Verde, fruto de reuniões da Comissão Europeia, é a primeira diretriz que formaliza a proposta de responsabilidade social na Europa, fazendo com que as empresas favorecessem os mais altos níveis de coesão social entre os setores da sociedade. “Esse objetivo se expressa na definição de responsabilidade social como integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com as outras partes interessadas” (CAPPELLIN e GIFFONI, 200, p. 428).

Em suma, através do Livro Verde o principal compromisso das empresas é investir em parcerias para o crescimento e para a geração de emprego, ou seja, os empresários europeus devem contribuir para a solução de problemas sociais. Ainda de acordo com as autoras, nos documentos assinados posteriormente aparecem tópicos como transparência empresarial, natureza voluntária das ações sociais, investimento na formação contínua dos empregados e maior respeito pelos direitos humanos. Todos estes pontos estão distribuídos em códigos de conduta, normas de gestão, normas de *performance*, rótulos e etiquetas (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007, p. 429).

De acordo com Bittencourt e Carrieri (2005, p. 13), o debate sobre responsabilidade social no meio empresarial dos Estados Unidos, somado ao desenvolvimento de políticas públicas originadas no Estado de Bem Estar Social na Europa, fez com que em um cenário de expansão de multinacionais a *performance* social das grandes empresas e corporações fosse um ponto importante para, além da formulação de estratégias, elaborar um relacionamento contínuo com a sociedade civil organizada.

Para McIntosh (*apud* BITTENCOURT e CARRIERI, 2005, p. 11) a veiculação de ações e imagem de empresas socialmente responsáveis são resultados da avaliação de que as empresas atuam em um meio social que reivindica mais do que apenas o cumprimento de obrigações legais e financeiras.

De acordo com Abramovay (2006), em janeiro de 2005 a revista *The Economist* trouxe na capa o tema da responsabilidade social. Os artigos que formavam seu conteúdo questionavam, enfaticamente, a proposta da RSE. Entretanto, ao fazer críticas à responsabilidade social, os artigos reconhecem que a mesma já faz parte da vida das grandes empresas. Conforme afirma Mariano (2006, p. 24), “a responsabilidade social empresarial deixou de ser uma suposição, ela é concreta, podendo ser dimensionada pelo número crescente de escritórios, consultores, departamentos e iniciativas”.

Segundo Abramovay (2006, p. 16), diferente dos estudos da sociologia, na abordagem da economia neoclássica os mercados não têm obrigação ou relação com ética ou responsabilidade social. O que interessa, nesses casos, é que os mercados são pontos de equilíbrio entre oferta e demanda, atuando devido ao funcionamento de um mecanismo que, supostamente, tem autonomia, independência e separação dos agentes. Nos últimos anos, ainda de acordo com o mesmo autor, tornaram-se cada vez mais comum as situações em que empresas ou grandes corporações adotam cartas de princípios e práticas direcionadas de forma explícita para ações de preservação ambiental, sem que sejam constrangidas a assumir tal postura pelo poder público. Posturas relativas à proteção ambiental, segurança sanitária e consequências sociais de algumas práticas das empresas podem sofrer contestação social, conforme já mencionado, o que pode destruir ou afetar intensamente muito tempo de esforço produtivo ou questionar a postura de determinados setores da economia, segundo Mariano (2006).

Em consonância com as palavras de Abramovay (2006, p. 17), as empresas, ao contrário do que pensa a economia clássica, não são expressões neutras que se relacionam apenas por meio dos preços, e sim constrangidas a cada vez mais se legitimar e combater ameaças de contestação com relação ao que fazem.

Abramovay (2006) também observa que a gestão capaz de antecipar contestações procura prevenir conflitos de legitimidade com determinados atores sociais e econômicos, os *stakeholders*, e dessa forma salvaguardar o funcionamento da empresa. Administrar, antecipadamente, possíveis questionamentos dos quais uma empresa pode ser alvo supõe que o mercado ao qual ela pertence, ou depende, não se

enquadra no padrão atomizado, independente ou neutro, atribuído pela economia clássica (ABRAMOVAY, 2006, p. 18).

O autor (ABRAMOVAY, 2006) mostra que Responsabilidade Social Empresarial é considerada artimanha administrativa apenas quando se assume os mercados como entidades fechadas, impermeáveis aos interesses e manifestações sociais, e que funcionam somente como resultado do equilíbrio entre demanda e oferta, sob a forma de preço.

Caso – e este é um terreno atual de convergência entre abordagens econômicas e sociológicas contemporâneas – os mercados sejam vistos como estruturas sociais, formas de estabilização das relações entre os atores, é claro que estarão sujeitos a pressões e não poderão deixar de incorporar em seu funcionamento as próprias contradições de que é feita a vida social. (ABRAMOVAY, 2006, p. 18)

2.2 A Responsabilidade Social Empresarial no Brasil

De acordo com Faria e Sauerbronn (2008, p. 13), problemas relacionados ao meio ambiente, abuso de consumidores, reivindicações sociais e trabalhistas, típicos dos anos 1960, se tornaram corriqueiros em diversos países ao longo das duas últimas décadas, começando a serem tratados como estratégicos por grandes empresas e corporações. De acordo com os mesmos autores, as grandes empresas passaram a responder por obrigações maiores do que apenas a produção de bens, serviços e lucro.

Sartore (2012b) menciona como origem da mobilização cognitiva em torno da relação ética e postura empresarial no Brasil a criação da FIDES (Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social), em 1986. Esta fundação foi criada por um grupo de empresários orientados por uma ação social católica, membros de Organizações Não Governamentais e que advogavam em prol da ética como constituinte dos cursos de economia e administração (SARTORE, 2012b). Ainda envolvendo a ética empresarial Sartore (2012b, p. 452) distingue a filantropia empresarial da responsabilidade social empresarial, separando-as em dois momentos. O primeiro, na década de 1960, com a criação da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), tinha como foco chamar a atenção para o papel do empresário na sociedade. Ou seja, tanto FIDES quanto a ADCE são exemplos de grupos que a autora

enquadra como filantropia empresarial, nos quais os seus membros têm ações e posturas conduzidas por uma ética específica. Neste contexto era a ética católica baseada na ideia de caridade, ajuda ao próximo, que se materializa por doações.

De acordo com Cappellin e Giffoni (2007), no Brasil as grandes discussões acerca da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) iniciaram na década de 1960, ocasião em que algumas associações empresariais incluem valores e princípios éticos como constituintes da gestão empresarial. Essa ação é uma contribuição do meio empresarial ligado ao pensamento religioso e, na década de 1980, aliado ao momento de redemocratização do país. Ou seja, é uma posição crítica à imagem da empresa autárquica e isolada do meio social. Na introdução da discussão desse tema no Brasil são pioneiras, segundo as autoras, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE-Brasil) e a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), conforme já mencionado.

Ainda segundo Cappellin e Giffoni (2007), a ADCE, com filiais em vários estados, foi fundada em 1961, em São Paulo, com a missão de estabelecer ligação entre as organizações empresariais e o contexto social que as cerca, de forma que as ações sociais se tornem um meio para a construção de uma nova cultura, com base na tradição católica da caridade.

Como norma e conduta, a ADCE tem sua Carta de Princípios do Dirigente de Empresa e seu Decálogo do Empresário Cristão, ambos baseados nos fundamentos da Doutrina Social Cristã, e se definem como a união de dirigentes de empresas que reconhecem e estão decididos a promover os valores humanos na empresa e na sociedade (ADCE, 2015)

As atividades das filiais da ADCE no país motivaram um debate sobre o papel das empresas na sociedade, principalmente após a publicação da Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, em 1965, pela filial paulista. Na década seguinte, precisamente em 1974, foi publicado o Decálogo do Empresário, a primeira grande proposta, no Brasil, de conectar a gestão empresarial com responsabilidade social, ainda segundo Cappellin e Giffoni (2007).

Afastando-se desta filantropia empresarial, constrói-se aos poucos a responsabilidade social empresarial caracterizada, por exemplo, pelo PNBE (Pensamento Nacional de Bases Empresariais), Instituto Ethos e Gife (Grupo de Instituições, Fundações e Empresas), que são grupos

que pensavam na ação do empresariado nacional de forma mais sistemática, ampla e até mesmo política, segundo Sartore (2012b). Segundo site do Instituto Ethos, o mesmo é uma Oscip¹¹ (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) criada em 1998, formada por empresários e executivos da iniciativa privada, que tem como objetivo trocar experiências e desenvolver ferramentas para ajudar as empresas, analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável (ETHOS, 2015).

Sartore (2012b) diferencia os dois momentos da RSE no Brasil. O segundo momento da responsabilidade social envolve um grupo de empresários, atuantes na década de 80, que incorporaram a ideia de atuação social mais sistemática pelo empresariado nacional. Enquanto isso, o primeiro grupo (dos anos 60) possuía como foco das discussões a ética nos negócios e era influenciado pela crença religiosa, como já mencionado.

Segundo Kirschner e Sainsaulieu (2006), são características desta década questões como ajuste fiscal, diminuição do tamanho do Estado (com redução de despesas sociais), desregulamentações, privatizações e expansão do comércio internacional. Isto ocorre ao mesmo tempo em que há a presença maior dos sindicatos e, em paralelo, a flexibilização da legislação trabalhista. Questões chave deste momento eram: o surgimento de novas tecnologias de informação, transformações no sistema financeiro e a expansão de empresas que antes atuavam apenas localmente, cujo desempenho passa a ser mensurado através de indicadores financeiros estabelecidos pelas sedes, ou matrizes. Consequência das novas tecnologias de informação, comunicação, produção e distribuição, a produção de bens e serviços se descentraliza assumindo novas ramificações (KIRSCHNER e SAINSAULIEU, 2006). Ainda no mesmo período, a mão de obra passa a ser contratada e operar a partir de qualquer país que a empresa tenha atividades. Havia, também, o interesse de transferir atividades vistas como socialmente desagradáveis, nos Estados Unidos e na União Europeia, para países menos

¹¹ Segundo o SEBRAE, as Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) são sociedades civis, sem fins lucrativos, de direito privado e interesse público, ou atuante em áreas associadas ao interesse público. As Oscips obtêm certificado obtido pelo poder federal, a partir do cumprimento de determinados requisitos. Disponível em

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/OSCIP-%E2%80%93-organiza%C3%A7%C3%A3o-da-sociedade-civil-de-interesse-p%C3%ABlico>> Acesso em: 30 out. 2015.

desenvolvidos, além do incentivo dado pelos governos de alguns destes últimos, conforme afirmam Faria e Sauerbronn (2008).

Ainda na década de 1980, precisamente em 1986, mesmo ano em que surge a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), esta, em conjunto com a ADCE, elaborou uma proposta de “humanizar a empresa e promover sua relação com a sociedade” (CAPPELLIN e GIFFONI, p. 423). A Fides, por sua vez, desenvolve instrumentos intelectuais e educacionais específicos a fim de humanizar e integrar empresa e sociedade, tanto com seu público interno quanto externo. Estabelecendo relações com autoridades ecumênicas, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esta instituição inaugura uma interlocução com sindicatos de trabalhadores, segundo Cappellin e Giffoni (2007).

Além da ADCE e Fides, outras três associações, a Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AMCHAM-SP), o grupo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), de forma mais pragmática, apoiaram a postura ativa do empresariado, após a redemocratização do país em 1980. A Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AMCHAM-SP), ao introduzir a propagação de ações sociais empresariais com o conceito de “cidadania corporativa”, em 1982 instituiu o Prêmio Eco Empresa-Comunidade, objetivando impulsionar ações sociais nas áreas de educação, cultura, saúde, participação comunitária e meio ambiente, de acordo com Cappellin e Giffoni (2007).

O grupo Pensamento Nacional das Bases Aliadas (PNBE), em 1987, reproduz o conceito de cidadania e democracia no meio empresarial com o objetivo de priorizar os interesses nacionais. Com isso, o PNBE se fez porta-voz da recomendação de solidificar um “pacto social”, atuando em três pontos: defesa de um pacto social nacional, controle de inflação e desenvolvimento nacional (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007, p. 424). Nos últimos anos o PNBE voltou-se para uma discussão mais ampla sobre o país, tomando por referência a construção do empresário cidadão. O grupo permanece em atividade por meio de projetos ligados à ecologia, educação, saúde – caracterizando-se por uma forma de assistencialismo, nomeada pelo grupo de prática cidadã, de acordo com Kirschner e Sainsalieu (2006).

Conforme explicam Cappellin e Giffoni (2007), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), criado em 1985, é responsável por implantar uma nova visão do interesse das empresas privadas no incentivo aos projetos sociais. A primeira reunião do grupo, em 1989, financiada por membros das filiais brasileiras da Alcoa e Kellogg

Foundation, com apoio da Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AMCHAM-SP), teve como tema a discussão sobre filantropia empresarial. A proposta final era a de defender a responsabilidade, reciprocidade e ética das empresas frente à sociedade.

2.3 Responsabilidade social: de dentro para fora da empresa

Na década de 1990, de acordo com Cappellin e Giffoni (2007), as empresas buscavam aumentar sua competitividade internacional e alguns diretores e gestores de empresas associavam as ações de responsabilidade social empresarial com propostas para reduzir custos, aumentar a competitividade, administrar riscos e melhorar a reputação das empresas. As repercussões internacionais de indicadores sociais, como os relacionados à pobreza e trabalho infantil, prejudicavam a imagem do meio empresarial brasileiro, o que levou algumas empresas a priorizar e desenvolver ações direcionadas à pobreza, educação, violência e meio-ambiente.

Segundo Sartore (2011), é possível observar o movimento a partir de um quadro nacional inicial de filantropia, ou caridade, em direção à formalização das ações de responsabilidade social “propriamente ditas”, através da diferenciação entre filantropia empresarial e investimento socialmente responsável. A filantropia empresarial, típica da década de 60, estava ligada a empresários membros de instituições como FIDES (Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social) e ADCE (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas), sem grande sistematização das ações sociais. Enquanto isso, a chamada responsabilidade social empresarial, mais próxima do conceito que é comum hoje, de acordo com a autora, seria típica dos anos 1980, década em que executivos de grandes empresas incorporaram uma “atuação social mais sistemática” (SARTORE, 2012b, p. 453). Um exemplo disto, conforme explica Sartore (2011), foi quando um grupo da Fundação Abrinq passou a estudar a forma como a RSE era desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa. A Fundação Abrinq foi criada por membros do PNBE, com o objetivo de promover os direitos da criança e do adolescente, principalmente com relação ao trabalho infantil. O contato com a RSE dos Estados Unidos e da União Europeia, segundo Sartore (2012b), culminou com a criação do Instituto Ethos, que traz orientações para a Responsabilidade Social nas empresas, incluindo diretrizes para elaboração dos chamados Balanços Sociais, ou Relatórios de Sustentabilidade (os quais veremos na próxima sessão, com uma análise dos relatórios da Tractebel).

Conforme explica Abramovay (2006), é preciso considerar a forma de destinação do que é doado. O autor lembra que no Brasil, até meados de 1970, a maioria dos recursos direcionados à educação popular eram provenientes de ONGs de países ricos. Porém, tais recursos tornaram-se mais escassos no Brasil durante a década seguinte. Isto forçou diversos grupos empresariais a direcionarem a captação de recursos no próprio país, para dar continuidade aos trabalhos.

Simultaneamente ao que foi dito acima, ainda de acordo com Abramovay (2006), grandes empresas brasileiras começaram a investir profissionalmente, nos anos 1980, em iniciativas de organização comunitária direcionadas à cultura, educação, infância e luta contra violência. Esses trabalhos envolviam, na maioria das vezes, dinheiro de grupos e fundações que pertenciam a grandes empresas de outros países.

Ainda segundo o autor (ABRAMOVAY, 2006), a responsabilidade social tornou-se parte de uma estratégia de legitimidade e uma forma de limpar a imagem de empresas e do empresariado, muitas vezes tidos como grandes detentores de riqueza e poder e responsáveis pela especulação financeira. Ou seja, muitas empresas utilizaram-se da agenda de responsabilidade social para readquirir a confiança de seus funcionários e fortalecer a fidelidade de seus consumidores e aceitação pública, após fusões e reestruturações para aumentar a competitividade.

Como afirmam Cappellin e Giffoni (2007), num cenário de mercado de trabalho flexível e de desregulamentação dos custos da mão-de-obra, a agenda de responsabilidade social proporciona ao meio empresarial uma forma de suavizar as consequências desses processos. Isto fica explícito na investigação conduzida por Jacques (2015). A autora compara a atuação do conglomerado têxtil Inditex (nome social Zara) em Portugal e no Brasil. Esta empresa é conhecida por várias atuações nas suas empresas terceirizadas e quarteirizadas, envolvidas em escândalos de trabalho penoso, infantil e escravo (as confecções conhecidas como *sweatshops*). Jacques mostra que esta empresa, ao mesmo tempo em que faz aproximações sistemáticas no sentido de cooptar os sindicatos, declara que suas intervenções possíveis com relação à exploração do trabalho e trabalho escravo, presentes em diferentes países onde atua, são de responsabilidade social, porém não podem ser assumidas como responsabilidade legal.

Na década de 1990, a agenda da responsabilidade social se estende através das doações empresariais voltadas aos programas sociais que atendiam a população em situação de pobreza. Ou seja, as ações eram dirigidas para fora das empresas. Sendo assim, não eram comuns ações voltadas à qualificação dos funcionários, por exemplo, necessárias para

acompanhar mudanças nas técnicas de trabalho (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007).

Essa “segunda onda” da propagação da RSE no Brasil, como nomeia Sartore (2012b), aparece num cenário em que há desregulamentação e deterioração das normas do trabalho. Ao passo em que se estendiam as ações sociais por parte das empresas e grupos empresarias, os mesmos pressionavam o Estado para que houvesse flexibilização nas normas e direitos do trabalho. Por esse ponto, observam Cappellin e Giffoni (2007), essas ações podem ser vistas como uma compensação, através de filantropia, para diminuir os possíveis danos sociais causados pelas mudanças na legislação trabalhista, fenômeno igualmente identificado por Vinha (2001).

Segundo Cappellin e Giffoni (2007), dos cinco grupos que impulsionaram as ações sociais empresariais no Brasil - ADCE, Fides, AMCHAM, PNBE e GIFE - floresceram inúmeras análises e motivações para a comunicação entre objetivos econômicos e sociais, relacionadas principalmente a valores religiosos e políticos. Juntos, esses grupos estão no cerne da atual concepção do papel positivo de empresas privadas na sociedade e de interpretações relacionadas a demandas sociais por transparência das ações empresarias e estatais.

Ainda de acordo com as autoras (CAPPELLIN e GIFFONI 2007), no fim da década de 1990 o tema da responsabilidade social já era relativamente conhecido, devido às iniciativas empresarias citadas acima. Em 1994, com o programa governamental chamado “Mãos à Obra Brasil”, amplia-se a parceria entre Estado e sociedade, ao estimular o crescimento do terceiro setor. Viabilizados pelas políticas de educação, saúde e meio-ambiente, criação do Código de Defesa do Consumidor e da lei federal de incentivo aos investimentos de apoio à cultura, essa relação faz parte das mudanças institucionais que norteiam os programas sociais da época, sinalizam as autoras.

Kirschner e Sainsalieu (2006) acrescentam que, nos anos 90, o Estado transfere ao setor privado setores importantes da economia (como o energético e de telecomunicação), desregulamenta o setor financeiro e abre para competição alguns serviços de monopólio do setor privado. Na segunda metade da década de 1990, a abertura ao capital estrangeiro de setores industriais, financeiros e comerciais estimulou uma rápida internacionalização da economia nacional. Consequentemente, em vários setores aconteceu um rápido movimento de concentração em mãos de grandes e poucas empresas.

Segundo os mesmos autores (KIRSCHNER e SAINSAIEU, 2006), de acordo com as diretrizes do acordo de Washington, nesse

momento ocorre a reestruturação nas grandes empresas acompanhada do aumento da terceirização, eliminação de chefias intermediárias, alterações de quadros funcionais, diminuição de cobertura sindical, expansão do trabalho a domicílio e autônomo, aumento da rotatividade, dentre outros.

Essa reestruturação, para Kirschner e Sainsalieu (2006), se alinha ao que foi acordado em Washington, no ano de 1989, por instituições neoliberais, economistas e administradores latino-americanos. O acordo apontava direções para o desenvolvimento da economia neoliberal na América Latina, que envolvia disciplina fiscal, onde o Estado deveria reduzir gastos através de reforma fiscal. O intuito era o de que empresas pagassem menos tributos, privatização de empresas estatais, para o predomínio da iniciativa privada nos grandes setores, diminuição do protecionismo, com a abertura econômica de vários países para investimentos estrangeiros, e a desregulamentação sucessiva do controle da economia e das leis trabalhistas.

De acordo com os mesmos autores, somado a isso as empresas começaram a adotar formas de gestão do trabalho mais flexíveis e que envolvessem mais os trabalhadores. Havia, dessa forma, a preocupação empresarial com a qualificação e estabilização dos funcionários, diminuição das hierarquias e substituição das políticas autoritárias de relacionamento com os funcionários. Dito isto, fica claro que um dos pilares da sociedade contemporânea é formado pela empresa. O que faz com que ela seja constantemente alvo de demandas sociais (KIRSCHNER e SAINSAIEU, 2006).

Seguindo o exemplo dos Estados Unidos, no Brasil várias empresas e grupos empresariais nacionais aumentaram o número de fundações empresariais, patrocinando organizações sem fins lucrativos e criando dentro das empresas departamentos destinados à responsabilidade social, segundo Cappellin e Giffoni (2007).

Em 1994, empresários que participavam do Fórum da Média e Pequena Empresa (Fopeme) criam a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), que definiu como seu maior objetivo a reforma estrutural do Estado, a adoção de um sistema progressivo de imposto de renda e a defesa da universalização dos direitos trabalhistas (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007, p. 425).

Em 1998, o Instituto Ethos, organização privada de São Paulo patrocinada por cerca de 400 empresas, adere ao discurso da RSE, desenvolvendo pesquisas junto a grupos internacionais como o Instituto *Kellogg*, *International Business Leaders Forum* e o *United Nations Global Compact*. De acordo com a visão do Ethos, empresas deveriam

ser capazes de proporcionar uma mudança cultural, ou seja, levar novos valores à sociedade. Além disso, as ações sociais teriam como propósito fortalecer as redes econômicas e sociais das empresas (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007).

Para Kirschner e Sainsalieu (2006, p. 52), organizações empresariais e não governamentais e até a imprensa começaram a discutir a responsabilidade social empresarial. Soma-se a isso a emergência de duas vertentes nesse debate. A primeira considera que, nos anos 1990, no Brasil consolidou-se um novo discurso e prática empresarial, que seria um comportamento marcado pela responsabilidade social, no qual as empresas assumem uma postura ética e responsável. Outra vertente, mais cética, afirma o conceito de responsabilidade social –polissêmico- como a designação apenas do cumprimento legal para obtenção de vantagens com relação ao pagamento de impostos.

Como visto neste breve histórico, nem as perspectivas nem as políticas são as mesmas quanto à RSE nos Estados Unidos, Brasil e União Europeia. Enquanto que nos EUA e na União Europeia são ações que acolheram de forma mais rápida e em maior número as demandas sociais multilaterais, no Brasil estas ações permaneceram, por mais tempo, relacionadas à assistência social, segundo Cappellin e Giffoni (2007). Como exemplo disso, pode-se citar a pesquisa de Jacques (2010), que estuda a iniciativa de responsabilidade social voltada para a assistência social na empresa *Whirlpool*, em Joinville. A principal ação de RSE da empresa, através da marca Consul, é a criação da ONG Instituto Consulado da Mulher, presente nas cidades onde a *Whirlpool* tem instalações fabris. A criação do Instituto representa, segundo a autora, um estágio de sistematização e programação de ações de responsabilidade social, que sucede a etapa anterior, da filantropia empresarial, como citado também por outras autoras (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007; SARTORE, 2012b, 2011).

Ainda de acordo com Cappellin e Giffoni (2007), após 1994 a prerrogativa da assistência social pública é ampliada para o terceiro setor e o que as empresas denominam como práticas de responsabilidade social são muitas vezes os programas de assistência social. Estas ações estavam voltadas às populações excluídas da condição de emprego.

Embora as empresas investissem em assistência social, houve por muito tempo resistência com relação ao diálogo direto com seus empregados. Portanto, a questão que mais diferencia o caso brasileiro, por muitos anos, é o imediatismo das ações de assistência social comparado com ações voltadas a questões como: os problemas que persistem relacionados aos direitos trabalhistas, aprimoramento da

profissionalização e modernização da produção (CAPELLIN E GIFFONI, 2007).

Retomando Kirschner e Sainsalieu (2006), a postura socialmente responsável das empresas, cada vez mais debatida, fez com que os meios de avaliar o sucesso empresarial começassem a incluir dimensões que estão além da organização econômica e que tem relação com a vida social, cultural e a preservação ambiental. Os autores argumentam que “a empresa é um sistema social com dimensões que ultrapassam os objetivos econômicos, e que a empresa é um espaço ao mesmo tempo socializador e socializado, em contínua interação com a sociedade” (KIRSCHNER e SAINSALEU, 2006, p. 53).

Ainda de acordo com os autores (KIRSCHNER e SAINSALEU, 2006), a empresa tem uma dimensão institucional própria, já que ela não se resume a um espaço de conflitos sociais, mas também influencia representações e estruturas sociais. É possível observar, neste histórico, que à medida que o tema é incluído nas práticas e discursos das empresas mobiliza igualmente pesquisadores. Um exemplo é a pesquisa feita por Carvalho e Medeiros (2013) em quatorze corporações de sete setores da economia¹² brasileira. Os autores constatam que a maior concentração de ações de responsabilidade social está nas áreas ambiental (20,68%), educacional (17,02%) e cultural (13,61%). Ações, estas, que muitas vezes envolvem cumprimento de obrigações legais e benefícios fiscais (CARVALHO e MEDEIROS, 2013, p. 26). Estes autores ainda explicam que as ações culturais fazem parte de um dos setores da responsabilidade social que mais recebem incentivos do governo, na forma de isenções ou redução de impostos, como o Imposto de Renda a ser abatido através de ações culturais sob o patrocínio da Lei Rouanet.

Já as ações nas áreas de capacitação profissional, saúde e cidadania, geralmente, se desdobram em empregados com mais qualificação, diminuição de custos com problemas médicos, afastamentos, licenças e uso indevido dos equipamentos de empresas e companhias, de acordo com Carvalho e Medeiros (2013, p. 28). Ainda segundo os autores, as empresas privadas preferem concentrar suas ações em setores de maior destaque na sociedade, como cultura e educação, o que significa a presença de estratégia e marketing da empresa.

¹² As empresas pesquisadas por CARVALHO e MEDEIROS (2013) foram: CEMIG, CELESC, CPFL, COPEL, COELCE, DUKE, ENERGISA, EDP (setor elétrico); Natura (cosmético); Bradesco (financeiro); Mahle (metalúrgico); Celulose Irani (papel); Pão de Açúcar (varejo) e TAM (aéreo).

Segundo Jacques (2015), as ações de RSE surgem num campo cognitivo, por um lado, como resposta às pressões sociais contra práticas abusivas das organizações e, por outro lado, são transformadas em tecnologias gerenciais e cultura empresarial. De acordo com o que é proposto por Boltanski e Chiapello (2009), a empresa busca se legitimar, através de instrumentos que possam lhe justificar e assim permanecer viva nos mercados. Partindo dessas perspectivas a RSE pode ajudar a responder as críticas sociais e também ser transformada em uma tecnologia para gerenciar futuras críticas.

De acordo com Jacques (2015), “do ponto de vista das Ciências Sociais, pode-se dizer que o termo é uma construção social, cujos significados e meios de operacionalização estão em constante disputa e apropriação”. Há uma perspectiva ampla e difusa de significados da RSE, o que não se deve a alguma fraqueza epistemológica sobre esta área de estudos, mas, sobretudo, ao fato de que não há consensos teóricos estabelecidos (JACQUES, 2015, p.87).

No próximo item falaremos sobre os relatórios de sustentabilidade. Estes são comumente produzidos pelas grandes empresas que desenvolvem ações de RSE e podem ser identificados como a produção de provas, para a justificação, conforme menciona Boltanski e Chiapello (2009).

2.4 A produção das provas de justificação: os relatórios

A elaboração e divulgação de Relatórios de Sustentabilidade pelas empresas, por vezes também chamados de Balanços Sociais, são espontâneas, pois não há nenhuma lei que indique sua obrigatoriedade, como já mencionado. Os Relatórios ou Balanços contêm dados oficiais das empresas e muitas vezes são publicados em jornais de negócios, como o Jornal Valor e Gazeta Mercantil, segundo Sartore (2012c). Além disso, através de pesquisa no site da revista Exame¹³, também da área de negócios, percebemos o grande destaque e divulgação de RSE através de listas como: “As Melhores Empresas para se trabalhar”, “As 10 maiores empresas com mais responsabilidade social do mundo e do Brasil”, “As melhores empresas para se investir”, entre outros *rankings*. Além dessas listas, que divulgam informações positivas das empresas, há também listas como “As empresas que mais desvalorizaram”, “As 100 melhores e piores empresas em atendimento ao cliente”, “As empresas que mais

¹³ Informações de *rankings* e listas estão disponíveis no site da Revista Exame.

perderam valor de mercado” e “As melhores e piores empresas para mulheres trabalharem”, dentre outras. É bom esclarecer que, neste ponto da pesquisa, procuramos saber se havia parâmetros mais sistemáticos usados pela Revista Exame ao produzir suas listas, mas não encontramos respostas quanto a isso. Encontramos informações sobre a forma como são feitas algumas listas ou rankings, nas próprias reportagens, mas foram insuficientes. Como exemplo disso há os rankings elaborados mediante pesquisa com consumidores, e outras como “As melhores empresas para se investir”, por exemplo, foram feitas através da observação dos números das empresas nas Bolsas de Valores. Outras ainda são reproduções de pesquisas feitas por sites internacionais ou empresas de consultoria.

Além da relação com os públicos de interesse, ou com os investidores, as grandes empresas precisam se preocupar com as outras empresas, com as quais competem e se relacionam. Neil Fligstein (2003), nome expressivo da Nova Sociologia Econômica (NSE), explica que o elementar na ação econômica é a constante tentativa de seus agentes de estabilizar suas relações uns com os outros. Este autor observa que nos mercados é muito difícil para um ator poder antecipar como o seu vizinho de mercado irá atuar. Neste sentido, os atores econômicos habitam mundos incertos onde é difícil prever ações futuras. Utilizando a metáfora do mercado como política, o autor estabelece uma visão sociológica da ação nos mercados a partir de um modelo sociológico de ação, segundo o qual em mundos econômicos, que são mundos sociais, os atores do mercado se esforçam para criar mundos estáveis e encontrar soluções para a competição. Não seria a busca do lucro a principal explicação para ação das empresas, mas a procura por um nicho de mercado tentando evitar uma guerra aberta com empresas vizinhas. Há uma pluralidade de relações sociais que estruturam e mantêm os mercados dentro das sociedades, o que contradiz a visão da perspectiva neoclássica, que afirma que os mercados selecionam as formas mais eficazes, as quais convergiriam com o passar do tempo para uma forma única.

Fligstein (2003) percebe que os processos que ocorrem no interior dos mercados refletem dois tipos de projetos políticos: a competição pelo poder dentro das empresas e a disputa pelo poder entre empresas dentro de um mesmo mercado. No caso da Tractebel, a disputa é pelo mercado energético brasileiro.

No capítulo seguinte apresentamos a análise dos Relatórios de Sustentabilidade e outros dois documentos da Tractebel, além da entrevista realizada com dois funcionários da empresa.

CAPÍTULO 3

A TRACTEBEL ENERGIA: o cenário da RSE na empresa

3.1 O Setor Energético Brasileiro

De acordo com Carvalho e Medeiros (2013), as empresas do setor energético são reguladas por agências nacionais específicas, o que engloba a possibilidade destas cassarem a concessão para atuar no país, em caso de atuação imprópria por parte das primeiras. O mesmo acontece com os setores financeiros e de aviação. As empresas que são sujeitas a regulação dessas agências e operam através de concessões públicas têm maior preocupação com ações e projetos que tenham reflexos junto ao governo (que nesses casos é o poder regulador e concedente), ainda segundo os mesmos autores.

Sendo assim, as empresas que podem sofrer maior intervenção do governo procuram elaborar ações que tenham efeito positivo junto ao

regulador. Segundo a mesma pesquisa (CARVALHO e MEDEIROS, 2013, p. 31), nas empresas que atuam nestes setores regulados, os valores destinados à responsabilidade social são incluídos em contas de investimento ou em contas que possibilitem o abatimento de imposto de renda ou outros incentivos fornecidos pelo governo, dependendo da modalidade de projeto.

Ainda segundo Carvalho e Medeiros (2013), nas empresas do setor energético, que afetam diretamente os recursos naturais, a contabilidade socioambiental é a contabilização dos prejuízos e benefícios que a elaboração de um produto ou serviço pode ocasionar ao meio ambiente e também à sociedade. É a prestação de contas dos bens, direitos e obrigações ambientais e sociais da empresa. A resposta da análise de quatorze grandes empresas, realizada por estes autores, é que todas elas inserem as ações de responsabilidade social nos seus planejamentos estratégicos e estas ações nascem de um processo calculado, sendo planejadas, mensuradas e acompanhadas detalhadamente (CARVALHO E MEDEIROS, 2013, p.32).

3.2 A Engie – multinacional do setor energético

A Tractebel Energia tem como controlador o grupo franco-belga Engie, antigo GDF Suez. De acordo com o presidente do ENGIE Brasil¹⁴, “o novo nome evoca energia para todos e em todas as culturas, e personifica os valores e atividades do Grupo”. Entretanto, o nome jurídico, ou social do grupo, por enquanto continua GDF Suez. Ou seja, em documentos regulamentares e na Bolsa de Valores, bem como no site da própria Tractebel, o nome que aparece é GDF Suez. O slogan também continua o mesmo: *By People for People* (Por Pessoas Para Pessoas).

De acordo com nota¹⁵ da assessoria de imprensa do grupo Engie, divulgada em 24 de abril de 2015, a fim de comunicar a mudança no nome, manteve-se o slogan para definir a dimensão internacional do Engie. Conforme nota da empresa, somente a marca corporativa e suas representações nos diferentes países mudam. O Grupo está avaliando a declinação do novo nome nas suas diferentes empresas. A intenção com

¹⁴ Informações disponíveis no endereço eletrônico da GDF Suez Latin America. Disponível em <<http://www.gdfsuezla.com/pt/gdf-suez-becomes-engie/>>. Acesso em: 10 jun 2015.

¹⁵ Informações disponíveis no endereço eletrônico da GDF Suez Latin America. Disponível em <<http://www.gdfsuezla.com/pt/gdf-suez-becomes-engie/>>. Acesso em: 10 jun 2015.

a mudança é racionalizar e simplificar a carteira de marcas para reforçar a legibilidade, notoriedade e a coerência global em benefício da nova marca, segundo a mesma nota.

O Grupo ENGIE, segundo endereço eletrônico da Tractebel, está no Brasil desde 1957, através da Degremont, empresa especialista no desenho, construção e operação de sistemas de tratamento de água e saneamento. Atualmente opera também através das suas demais subsidiárias: Tractebel Energia, LEME Engenharia, Telca2000 e Aqualogy.

3.3 O discurso da empresa: como ela se apresenta

No endereço eletrônico da empresa¹⁶, no *link* Comunidade divulga-se que a empresa mantém programas de visitas para estudantes, turistas e pesquisadores ao parque gerador, e há a apresentação do funcionamento dos empreendimentos e programas socioambientais desenvolvidos. Existem apresentações destes programas em escolas e outros locais comunitários, enfatizando a educação ambiental. O intuito destas atividades, segundo a empresa, é explicar às pessoas o funcionamento das usinas e dos programas sociais e ambientais. De acordo com dados do site, em 2012 mais de 90 mil pessoas participaram do Programa.

São divulgados, também no site da empresa, os dados de telemetria, que são os dados e mapas das usinas, as bacias hidrográficas em que estão localizadas, além de dados de estações de chuva ou vazão dos rios. Há informações sobre os reservatórios das usinas em todos os estados, contendo para cada bacia hidrográfica, em um mapa, os operativos de nível mínimo e máximo. Além disso, para cada usina hidrelétrica indicada há informações atualizadas diariamente, por exemplo: nível do reservatório (metros), volume útil (%), vazão afluente (m^3/s) e vazão difluente (m^3/s) a cada hora do dia e dos últimos dois dias.

De acordo com seu Código de Meio Ambiente, a Tractebel

como empresa de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social, reconhece que as suas atividades e ações interagem com o meio ambiente, sendo seu

¹⁶ Informações disponíveis no site da Tractebel <<http://www.tractebelenergia.com.br/>> Acesso em 10 jun 2015.

compromisso conduzi-las com base nos princípios do desenvolvimento sustentável nas dimensões ecológica, econômica e social¹⁷ (CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE TRACTEBEL, 2015).

Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2014¹⁸, a Tractebel Energia têm 27 usinas¹⁹ (hidrelétricas, eólicas, solares e termelétricas) em operação, em 13 estados. No estado de Santa Catarina há quatro: Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, Usina Solar Cidade Azul, Usina Hidrelétrica Machadinho e Usina Hidrelétrica Itá.

Segundo Sartore (2012b), com a incorporação gradual da responsabilidade social empresarial na gestão corporativa, aconteceu o que ela chama de objetivação da RSE, indicada, no Brasil, pela criação do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), presente na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa reúne empresas que são consideradas responsáveis socialmente, o que representa a valoração para a sustentabilidade no mercado financeiro.

¹⁷ Citação extraída do Código de Meio Ambiente da Tractebel, disponível no site da empresa. Disponível em <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/2155adc3-fa68-490e-b53e-0dcbe98d9817/C%C3%B3digo+Meio+Ambiente+Tractebel.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2155adc3-fa68-490e-b53e-0dcbe98d9817>> Acesso em: 07 jun 2015.

¹⁸ Informações disponíveis no Relatório de Sustentabilidade 2014. Disponível em <<http://rso2014.tractebelenergia.com.br/pt/03.htm>> Acesso em: 10 set 2015

¹⁹ Segundo o endereço eletrônico da empresa¹⁹, a Tractebel Energia têm usinas hidrelétricas em 13 estados: Complexo Jorge Lacerda, Capivari de Baixo (SC), Usina Termelétrica Alegrete (RS), Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca (MG), Usina Eólica Beberibe (CE), Usina Hidrelétrica Cana Brava (GO), Usina Termelétrica Charqueadas (RS), Usina Solar Cidade Azul (SC), Usina Hidrelétrica Estreito (MA), Usina Hidrelétrica Itá (SC e RS), Pequena Central Hidrelétrica José Gelazio da Rocha (MT), Unidade de Cogeração Lages (SC), Usina Hidrelétrica Machadinho (SC e RS), Usina Hidrelétrica Passo Fundo (RS), Usina Eólica Pedra do Sal (PI), Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (MT e MS), Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis (MT), Usina Hidrelétrica Salto Osório (PR), Usina Hidrelétrica Salto Santiago (PR), Usina Hidrelétrica São Salvador (TO), Complexo Eólico Trairi (CE).

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo a autora, foi inaugurado oficialmente através do relatório das Nações Unidas, em 1987, intitulado O Nosso Futuro Comum, que enuncia que

a humanidade tem a habilidade de realizar o desenvolvimento sustentável para garantir que ela satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT *apud* SARTORE, 2012, p. 454).

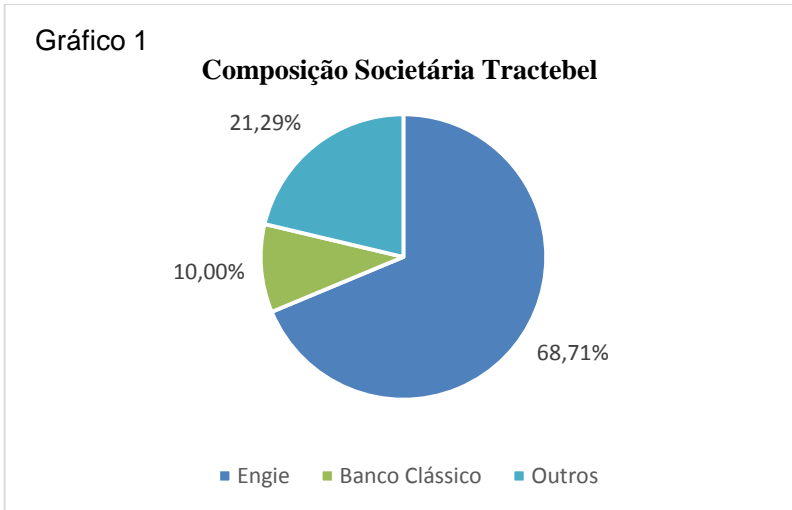
Seguindo com Sartore (2012a), o conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente difundido através da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (em 1992), que teve como uma das consequências a entrada dos empresários em questões relacionadas ao meio ambiente, nacionalmente a partir da criação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), e internacionalmente por meio do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Falando em sustentabilidade, Sartore (2012a) explica que uma postura sustentável da empresa envolve finanças sustentáveis, o que não se limita apenas ao investimento financeiro, mas também à atividade do sistema financeiro de maneira economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa.

A Tractebel figura na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde 2005 e sua composição societária está dividida da seguinte forma: 68,71% pertence a Engie *Latin America*, 10% pertence ao Banco Clássico e 21,29% a outros, segundo dados da Bovespa²⁰, reproduzidos a seguir no Gráfico 1²¹.

²⁰ Informações do quadro acionário disponíveis no site da Bovespa. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=17329&idioma=pt-br> Acesso em: 15 out 2015.

²¹ Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no endereço eletrônico da Bovespa.



Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir de dados da Bovespa.

Desde 2005 a empresa figura, consecutivamente, no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo). A permanência da empresa no ISE é citada no Relatório de Sustentabilidade de 2014 na categoria “Destaque de 2014”. Podemos interpretar isso como uma amostra do quão importante é para a Tractebel anunciar que está há dez anos no ISE, ou seja, como suas finanças são bem cotadas no mercado de ações.

Os prêmios recebidos pela empresa, ligados à RSE, bem como sua presença na Bovespa, seus programas de RSE sólidos e a divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade contribuíram para a escolha da empresa para esta pesquisa. É uma grande empresa, com sede em Florianópolis, mas pertencente a um grupo multinacional, o que coaduna com o que nossa leitura de Weber (1968, 2009), Boltanski e Chiappelo (2009) faz pensar sobre o capitalismo moderno: empresas cada vez maiores, menos limitadas ao local de origem e com atuação extensa.

Esta é uma pesquisa qualitativa e exploratória. O método foi de análise documental, feito através de quatro documentos: o Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade, a Política Tractebel Energia de Engajamento de *Stakeholders*, o Relatório de Sustentabilidade de 2014 e o Relatório Anual de 2003. Além disso, foi realizada uma análise de conteúdo baseada na frequência do surgimento da expressão Responsabilidade Social Empresarial, no primeiro relatório, de 2003, comparado com o último, de 2014, conforme já mencionado na

Introdução. Além disso, foi realizada visita à sede da empresa e entrevista com o consultor em sustentabilidade e a coordenadora de Responsabilidade Social Corporativa da empresa, também já mencionado.

3.4 Entre *shareholders* e *stakeholders*: por onde caminha a RSE na Tractebel?

Nos Relatórios de Sustentabilidade elaborados e divulgados pela empresa anualmente (desde 2003) constam dados financeiros relacionados às ações de responsabilidade social realizadas no ano anterior. Uma informação não encontrada no site da empresa foi a data de início dos programas de RSE na Tractebel. O primeiro relatório publicado e disponível no site tem o título de Relatório Anual, enquanto o mais atual, de 2014, é chamado Relatório de Sustentabilidade. No primeiro, a apresentação é direcionada aos acionistas (*shareholders*):

A Administração da Tractebel Energia S.A. tem a satisfação de apresentar o seu Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2003, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais, se necessários (RELATÓRIO ANUAL, 2003).

Já no último e mais recente, relativo ao ano de 2014, ela é dirigida, também, aos diferentes públicos de interesse (*stakeholders*), como pode ser lido a seguir:

Este Relatório de Sustentabilidade conta sobre as principais atividades da Tractebel Energia em 2014, com foco nos aspectos de maior relevância na opinião de seus públicos e de sua Administração, além de um pouco da história da Companhia e de seus planos, no país em que escolheu e foi tão bem acolhida para fixar raízes, criar valor, crescer. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2014, p. 4).

Informações como valores destinados aos programas de RSE não aparecem no primeiro relatório, em contraposição ao que acontece com o último.

Neste trabalho só foram analisados dois relatórios pela limitação de tempo e também porque os dois escolhidos estão em situações opostas no tempo: um é o mais antigo e o outro o mais recente. Ou seja, eles marcam, respectivamente, o início e a fase mais atual da divulgação desse tipo de documento.

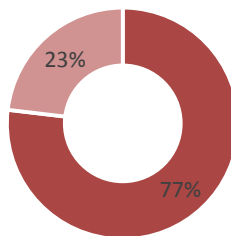
Através do método de análise de conteúdo, explicado por Bardin (2010), foi possível saber que em 2003 o termo Responsabilidade Social Empresarial não aparece nenhuma vez no relatório, ao passo que em 2014 ele aparece oito vezes e há tópicos específicos destinados a isso. No Relatório de 2003 não há informações específicas sobre RSE, nem valores relativos a programas deste tipo. Então, os únicos valores encontrados e analisados nesta pesquisa são os referentes ao Relatório de 2014.

No Relatório de 2014, o primeiro tópico relacionado à RSE que aparece é apresentado no índice “Principais Indicadores de 2014” e chama-se “Investimento em programas de Responsabilidade Social”. O mesmo é dividido em “Investimentos incentivados” através de recursos governamentais (R\$ 13.773) e “Não incentivados” (R\$ 4.143), que correspondem aos recursos da própria empresa. Respectivamente, esses valores correspondem a 77% e 23% do total de investimento direcionado aos programas de Responsabilidade Social em 2014, como apresentado no Gráfico 2²².

²² Gráfico elaborado pela autora com base nos dados encontrados no Relatório de Sustentabilidade 2014, no endereço eletrônico da Tractebel.

Gráfico 2

Investimento em programas de Responsabilidade Social



■ Investimentos incentivados ■ Não incentivados

Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir de dados da Bovespa.

O segundo indicador referente à RSE que encontramos chama-se “Indicadores Sociais Externos”. Este tópico é dividido em duas partes e na primeira abrange: Educação (R\$ 1.887), Cultura (R\$12.629), Esportes (R\$ 1.319) e Outros (R\$ 3), que somados resultam no “Total das Contribuições para a Sociedade” (R\$ 15.838), representado no Gráfico 3²³. Na segunda parte deste tópico há os “Tributos (excluídos encargos sociais²⁴)”, que corresponde a R\$ 1.196.191. Todos esses valores somados resultam no “Total dos Indicadores Sociais Externos” (R\$ 1.212.029), que estão representados no Gráfico 4²⁵.

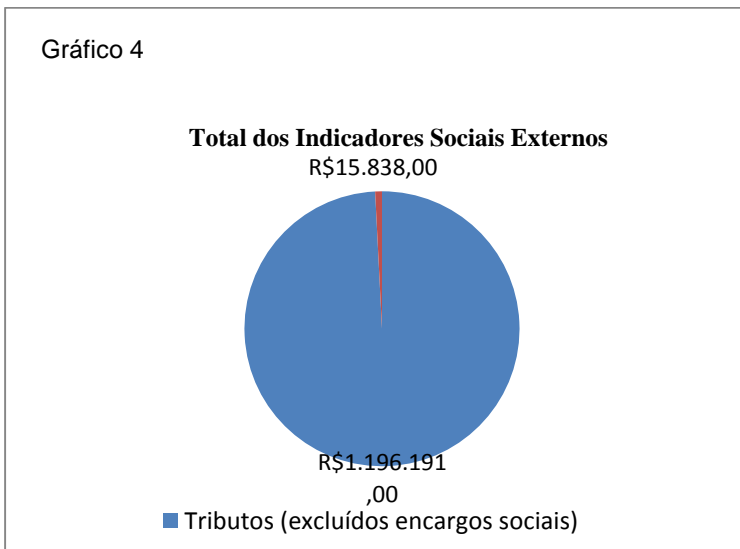
²³ Gráfico elaborado pela autora com base nos dados encontrados no Relatório de Sustentabilidade de 2014, no endereço eletrônico da Tractebel.

²⁴ Tributos são relativos, principalmente, ao Imposto de Renda pago pela empresa, somados a outros tributos. Encargos Sociais são os valores que a empresa paga a cada empregado (direitos trabalhistas, como Previdência Social e Fundo de Garantia), segundo o Entrevistado 1.

²⁵ Gráfico elaborado pela autora com base nos dados encontrados no Relatório de Sustentabilidade de 2014, no endereço eletrônico da Tractebel.



Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir de dados da Bovespa.



Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir de dados da Bovespa.

Há ainda um valor relacionado a “Contribuição para a sociedade e cidadania” (R\$ 18.000), mas que não aparece no tópico “Indicadores Sociais”, analisado acima, mas sim no chamado “Indicadores Ambientais”²⁶. Percebemos, neste caso, que não há um consenso sobre o que é indicador social ou ambiental, já que nos indicadores ambientais há um valor relativo a contribuições para sociedade e cidadania. Além disso, podemos constatar que os “Tributos (excluídos encargos sociais)” correspondem a grande parte do montante relativo aos “Indicadores Sociais Externos”.

No Relatório de 2014, há ainda o tópico “Responsabilidade Social Corporativa”, com a apresentação do “Investimento em Responsabilidade Social Corporativa” dividido em: recursos incentivados (que são descontados do imposto de renda pago pela empresa) e recursos próprios da Tractebel. Os valores divulgados são: a) R\$ 4,1 milhões em investimentos não incentivados; b) R\$ 1,8 milhão em investimentos via Fundo da Infância e Adolescência; c) R\$ 9,4 milhões em investimentos pela Lei de Incentivo à Cultura; d) R\$ 1,3 milhão em investimentos pela Lei do Esporte; e) R\$ 1,2 milhão em outros investimentos incentivados (saúde e outras áreas) (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2014, p. 60). Entretanto, não há a sinalização do montante a que se referem esses valores.

Os valores de RSE relativos ao ano de 2014 constam no tópico “Investimentos em programas de responsabilidade social” e “Indicadores Sociais Externos”, mencionados no parágrafo anterior. No índice “Investimentos em programas de responsabilidade social”, por exemplo, os valores investidos não ultrapassam 13.773 reais, incentivados, enquanto que em outro ponto do relatório aparecem números em milhões. Outro valor aparece, ainda, na “Contribuição para a sociedade e cidadania” (R\$ 18.000), presente no índice “Indicadores Ambientais”, como já mencionado. Percebemos, então, que valores relativos à Responsabilidade Social Empresarial aparecem em três momentos distintos no documento, sob indicadores diferentes e que são divergentes entre si. Isso causa dúvida com relação ao real valor destinado a RSE pela empresa durante o ano de 2014.

²⁶ Os outros valores neste tópico são: Relacionados com a operação da Empresa (R\$ 29.641) e Relacionados com projetos em curso (R\$ 16.951), que somados com a Contribuição para a sociedade e cidadania (R\$ 18.000) totaliza R\$ 46.610 (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014, 2014, p. 93).

Uma das características dos relatórios de sustentabilidade, observadas durante a análise, é a não padronização deles. Os formatos são diferentes, o que acaba dificultando para quem procura ler e comparar seus dados. No Brasil, atualmente, não existe uma Lei específica que obrigue e regule a divulgação de Relatórios de Responsabilidade Social pelas empresas. Entretanto, segundo o endereço eletrônico do Instituto Ethos²⁷, existe a NBR ISO 26000, baseada na Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, do ano de 2010. O Instituto Ethos menciona que não é uma norma para as empresas que têm programas de RSE, mas uma diretriz que ajuda a padronizar a forma como as ações de RSE são feitas e que auxilia na elaboração de relatórios para empresas que buscam ser socialmente responsáveis. Segundo o Ethos, essa norma não trata somente de empresas, mas de organizações de um modo geral. As organizações devem definir a sua política de responsabilidade social e a partir dela elaborar sua forma de planejamento, documentação, medição e análise das suas ações de responsabilidade social.

De acordo com informações divulgadas pelo Inmetro²⁸, a ISO 26000 tem orientações para empresas de uma forma geral, grandes ou pequenas, relacionadas a definições, histórico, tendências e práticas de RSE, seus temas centrais, implementação de comportamento socialmente responsável dentro das empresas, identificação das partes interessadas e comunicação sobre o desempenho e compromissos relacionados à responsabilidade social. Conforme o próprio Inmetro (2015) salienta, a ISO 26000 é uma norma não certificável de diretrizes e de uso espontâneo. Isso vai de encontro ao que, normalmente, acontece com a adoção da RSE pelas empresas, ou seja, de forma livre e não padronizada - inclusive como observamos no caso da Tractebel. Além desta norma existe a ABNT 16000, criada no Brasil e que é certificável, como já mencionado.

Segundo o Ethos, os relatórios de sustentabilidade costumam ser publicados anualmente, indicando projetos, doações e ações sociais direcionadas aos *stakeholders* (sejam eles funcionários, governo,

²⁷ Informações disponíveis no site do Instituto Ethos. Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.VikUdn6rTIU>> Acesso em: 22 ago 2015.

²⁸ Informações divulgadas no site do Inmetro. Disponível em <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp> Acesso em: 22 ago 2015.

investidores, acionistas, mercado ou comunidade). Segundo o Instituto Ethos, a adoção da prática de RSE “possibilita a gestão dos riscos, oportunidades de negócio e possibilita que a empresa e a cadeia da qual ela faz parte utilizem estratégias e ferramentas visando a gestão socialmente responsável” (ETHOS, 2013).

No caso da Tractebel, o Relatório de 2014 foi publicado de acordo com as diretrizes de relatórios de sustentabilidade elaboradas pela Iniciativa de Relatórios Global, a GRI (*Global Reporting Initiative*). Criada na década de 1990, a GRI desenvolve modelos e indicadores de relatórios de sustentabilidade. Segundo o site²⁹ da GRI no Brasil, o país ocupa o terceiro lugar, no mundo, em número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade. Ainda de acordo com a GRI, das 250 maiores empresas do mundo 93% publicam relatórios de sustentabilidade e 82% delas adotam as normas da GRI para produzir seus relatórios.

No relatório de 2014, a Tractebel menciona que o mesmo foi elaborado de acordo com as normas da GRI. As normas da GRI não foram objeto de análise nesta pesquisa e, conseqüentemente, se a empresa as cumpriu ou não também não foi ponto de discussão. O ponto central de análise nos relatórios foi, principalmente, a comparação de valores referentes à RSE.

Os relatórios de sustentabilidade são desenvolvidos pelo Comitê de Sustentabilidade da empresa. Segundo o Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade, o relatório

contribui para consolidar a imagem da Tractebel Energia como uma empresa transparente e sustentável, que busca conciliar os interesses dos diferentes públicos que interagem com a Companhia, através de ações que busquem a melhoria ambiental e social na área de influência da Empresa. Promove o conceito de desenvolvimento sustentável dentro da Companhia e avalia solicitações de apoio socioambientais (REGIMENTO INTERNO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE, 2007).

Como o próprio texto diz, “Contribui para consolidar a imagem da Tractebel Energia como uma empresa transparente e sustentável”, fica

²⁹ Informação disponível no site da GRI Brasil. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/network/regional-networks/gri-focal-points/focal-point-brazil/Pages/default.aspx>> Acesso em 23 ago 2015.

explícito que uma das tarefas do Comitê é estabilizar a imagem da Tractebel como uma empresa sustentável.

O objetivo do Comitê, citado acima, aparece na primeira página do Código de Ética da Empresa, onde a Visão da mesma é apresentada como “Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil” (CÓDIGO DE ÉTICA TRACTEBEL, 2015). Fica subentendido que para a Tractebel ser uma empresa sustentável e transparente é ético, ou seja, ao afirmar que essa é a visão da empresa, ela supõe ser uma empresa ética.

Ainda sobre ética, Kirschner e Sainsalieu (2006) explicam que nos anos 1990 havia uma recente consolidação da responsabilidade social segundo a qual as empresas assumiam uma postura ética e socialmente responsável. Ou seja, uma vez que a Tractebel assume um programa de responsabilidade social, uma postura ética precisa ser assumida por ela e, nesse caso, anunciada para seus públicos de interesse (*stakeholders*).

Na apresentação do Código existe a frase

A transparência, a ética, e o comprometimento com o desenvolvimento sustentável, onde o resultado econômico promova também o progresso ambiental e social, formam as diretrizes básicas a serem seguidas pela Empresa (CÓDIGO DE ÉTICA TRACTEBEL, 2015).

Segundo Sartore (2011), a definição de RSE pelo Instituto Ethos inclui a ideia de transparência, onde é enunciado que

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade. Isso deve ser feito preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e provendo a redução das desigualdades sociais (ETHOS apud SARTORE, 2011, p. 226).

Isso mostra que a noção de responsabilidade social veiculada pelo Instituto Ethos tem semelhanças com o que é anunciado pela Tractebel, relativo às noções de ética e transparência, pelo menos nestes dois documentos. Ou seja, de acordo com a apresentação do Código de Ética a empresa não nega a preocupação econômica, com o lucro da empresa. Isso coaduna com a ideia de que responsabilidade social não exclui benefício econômico para as empresas, mas o faz de forma sustentável, com benefícios dirigidos à sociedade ou ao meio ambiente,

de formas diversas, justificando suas ações e buscando reconhecimento, conforme observado no conceito divulgado pelo Ethos e citado por Sartore (2011).

Quanto ao Comitê de Sustentabilidade, formado em 2007, seu Regimento Interno informa que ele é composto por doze pessoas. Na primeira linha lê-se “Ratificando o seu compromisso com a Sustentabilidade, em 2007 a Tractebel Energia criou o seu Comitê de Sustentabilidade” (REGIMENTO INTERNO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE, 2007, p. 1). Através dessa frase é possível entender que o Comitê de Sustentabilidade da empresa foi criado para confirmar o comprometimento da empresa com a sustentabilidade, ou seja, que ele tem o propósito de reforçar ou dar mais credibilidade para a imagem da Tractebel como uma empresa que se preocupa com a sustentabilidade. A aprovação e publicação dos relatórios anuais, feitos há 12 anos, é uma das prerrogativas do Comitê.

Retomando Weber (2009), na ação social é possível serem observadas regularidades, ou seja, o curso da ação repete-se sempre com sentido homogêneo e é direcionada a um ou vários agentes simultaneamente. Neste caso, a regularidade da ação é a divulgação, todos os anos, destes relatórios.

Entretanto, podemos perceber que somente após quatro anos do início da publicação de relatórios, em 2007, é que foi formado um comitê específico para tratar de RSE dentro da empresa. Isso vai de encontro ao que foi mostrado na seção anterior sobre a diferenciação da forma de tratar esse tipo de ação. Ou seja, a criação de um comitê para cuidar exclusivamente da RSE corrobora a afirmação de que há cada vez mais uma tecnologia de gestão de RSE nas empresas, conforme mencionado por Sartore (2012b, 2011). A questão do desenvolvimento de um sistema de gestão relativo à Responsabilidade Social de forma mais sistemática e que tem por objetivo auxiliar a forma como essas ações são executadas e publicadas, em relatórios, é citada pela ABNT 16000, que é nomeada justamente como Responsabilidade social – Sistema da gestão (INMETRO, 2015). Mas, vale lembrar, esta norma não é seguida pela Tractebel, como veremos durante a entrevista.

Para analisar a relação com os grupos de interesse (*stakeholders*) foi utilizado o documento “Política Tractebel Energia de Engajamento de *Stakeholders*”, o qual afirma o objetivo de “prestar contas a todos os seus públicos, por meio de canais como o Relatório de Sustentabilidade, sua página corporativa na internet, apresentações de resultados e indicadores de sustentabilidade, além de outros, por exigência legal ou de forma voluntária” (POLÍTICA TRACTEBEL ENERGIA DE

ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS, 2015). Nesse documento, com doze itens, foram analisados os considerados mais relevantes para a pesquisa.

Neste documento, em um item lê-se “Compartilhar seus valores corporativos com todas as suas partes interessadas, atuando como promotora de princípios e práticas éticos e com foco no desenvolvimento sustentável, na inovação e criação de valor”, enquanto que no item seguinte é enunciado “Buscar conhecer a percepção de seus públicos sobre as atividades e atuação da Companhia, por meio de pesquisas, oficinas e canais em sua página da internet e em políticas corporativas, como a presente” (POLÍTICA TRACTEBEL ENERGIA DE ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS, 2015). Uma interpretação possível para esses dois objetivos apontados pela empresa, no relacionamento com os *stakeholders*, é a de que ela e estes precisam compartilhar os mesmos valores, que segundo a empresa são “profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente e ética” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014). Nesse sentido, é plausível retomar Boltanski e Chiapello (2009) que, ao falarem da incorporação da crítica do capitalismo e a resposta às mesmas, explicam que críticas ao capitalismo, nesse caso uma grande empresa, muitas vezes promove uma incorporação dessas críticas e até de alguns valores que ela proclama. Isso, para os autores, permite conservar a adesão ao capitalismo, e, no caso da empresa, a publicação de uma política com relação aos grupos de interesse pode servir como forma de sinalizar aos mesmos que a Tractebel comunga seus valores.

Em outro tópico do mesmo documento lê-se:

Praticar esforços contínuos para avaliação e melhoria do clima organizacional, propiciando aos empregados e demais colaboradores, além de uma remuneração compatível com o mercado em que atua e um plano de benefícios competitivo, um ambiente ético e cordial, favorável à inovação e à troca de ideias, bem como iniciativas educacionais e práticas para a melhoria da qualidade de vida dos empregados, demais colaboradores e seus familiares (POLÍTICA TRACTEBEL ENERGIA DE ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS, 2015).

Nesse ponto é declarada uma preocupação com o ambiente interno da empresa, ou seja, o foco está nos empregados. Entretanto, não foi encontrado no site da empresa nenhuma menção, além desta,

relacionada a programas focados na responsabilidade social interna. A RSE da empresa é externa e divide-se em programas sociais, culturais e ambientais, segundo pesquisa no site da Tractebel.

O público declarado como alvo dos programas sociais é sempre formado por comunidades afetadas com novas instalações da empresa ou comunidades carentes. É afirmado, no *site*, que o foco dos programas sociais da empresa é a melhoria na qualidade de vida de crianças de comunidades carentes e que as características desses programas são: educação de crianças, parcerias em assistência social, promoção da saúde e da justiça (defesa dos direitos da criança e do adolescente), apoio na geração de emprego e renda, qualificação profissional de jovens, sensibilização das comunidades para superação da miséria e para a inclusão social de crianças em situação de risco e parceria com os diversos segmentos da sociedade na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Entretanto, não foram encontrados programas ou ações sociais voltadas especificamente aos empregados da Tractebel.

Diante disso, uma análise possível é a de que a Tractebel não tem como prioridade o desenvolvimento de programas focados nos empregados, ou seja, em responsabilidade social interna. Os programas são voltados para a responsabilidade social externa, principalmente para a área cultural.

Os programas culturais, em detrimento dos outros, têm tópicos mais detalhados. Conforme declaração da empresa³⁰, o foco desses programas é o desenvolvimento cultural das comunidades onde usinas da Tractebel estão instaladas. Dos três tópicos da responsabilidade social da empresa, o dos programas sociais é o único que cita especificamente o local e o nome de alguns programas. São especificados nesta parte os centros de cultura, como o Centro de Cultura de Alto Bela Vista (SC), Centro de Cultura em Capivari de Baixo (SC) e outros, além de especificar o que acontece em cada um, por exemplo: teatro, cinema, cursos, oficinas e educação ambiental. Estas são cidades onde há usinas instaladas da empresa. A empresa destaca ainda que outros centros serão construídos e que seus projetos já foram enviados ao Ministério da Cultura.

³⁰ Informações sobre os programas de RSE da Tractebel, estão disponíveis no site da empresa. Disponível em <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/sustentabilidade/responsabilidade-social/programas-culturais>> Acesso em 17 out 2015.

Esses projetos, uma vez aprovados, são financiados com verba da Lei Rouanet, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (8.313/91)³¹, e portanto se enquadram nos chamados valores incentivados. Retomando o que foi analisado no Relatório de Sustentabilidade do ano de 2014³², no tópico “Investimento em programas de Responsabilidade Social”, os investimentos não incentivados foram três vezes menores que os investimentos incentivados. Este último é o caso dos programas financiados pela Lei Rouanet, que resultam em isenções ou reduções de impostos a serem pagos pela empresa.

Os programas ambientais são apresentados tendo como foco a educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento, e as principais características são: redução do impacto das atividades da empresa no meio ambiente, apoio na preservação do meio ambiente, conscientização ecológica, racionalização do uso dos recursos naturais e melhoria de qualidade de vida. Mais uma vez, a empresa³³ não especifica nenhum programa voltado ao meio ambiente.

O único ponto da RSE na empresa que é apresentado de forma mais detalhada é a parte dos programas relacionados à cultura, mais especificamente os chamados Centros de Cultura e Sustentabilidade. No Relatório de Sustentabilidade de 2014, é dito que os objetivos destes espaços são: incentivar a valorização dos costumes e tradições dos locais onde a empresa tem atividades, instigar os jovens na busca de conhecimento através da inclusão social e digital, proporcionar espaço de convívio comunitário (para manifestações culturais, como artes cênicas, plásticas, apresentações de dança, shows musicais e reproduções cinematográficas), além de tornar estes Centros empreendimentos economicamente sustentáveis, com programa de geração de receita e gestão de lucros.

Esses Centros de Cultura têm como foco as comunidades afetadas nos locais onde a empresa mantém usinas. A responsabilidade pela gestão destes locais, segundo a página da empresa³⁴, fica a cargo de Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), a partir de

³¹ Lei Rouanet, (8.313/91), Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm> Acesso em 20 out 2015.

³² Relatório de Sustentabilidade 2014. Disponível em < Disponível em < <http://rso2014.tractebelenergia.com.br/pt/03.htm> > Acesso em: 10 out 2015.

³³ Pesquisa realizada no endereço eletrônico da Tractebel.

³⁴ Informações disponíveis no endereço eletrônico da Tractebel.

recursos da própria empresa ou via dedução de Imposto de Renda, através da Lei Rouanet. Dos quatro centros registrados no Relatório de 2014, três tiveram sua construção patrocinada pela Lei Rouanet, e um, o menor dos quatro, através de recursos próprios da Companhia (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2014).

Podemos observar o investimento maior em Centros de Cultura financiados através da Lei Rouanet, que trazem diminuição no valor dos impostos pagos pela empresa, comparando com o investimento através de recursos próprios. Retomando Weber (2009), o fato de a empresa investir mais onde o imposto de renda pode ser reduzido, pode nos indicar que há uma ação que é economicamente orientada, já que, segundo seu sentido, está focada em cumprir o desejo de obter certas utilidades. De forma mais detalhada, essa pode ser denominada uma ação social referente a fins, já que a empresa tem determinados objetivos, ou expectativas, utilizando essas expectativas como condições ou meios para alcançar fins próprios - medidos e seguidos racionalmente. Explicando melhor, a Tractebel tem um fim, que nesse caso é diminuir os impostos que irá pagar através de incentivos financeiros de uma lei. É racional, segundo a análise weberiana, pois persegue esse fim através de determinado meio, a construção dos Centros. Entretanto, esta não é uma ação apenas racional com relação a fins, pois há valores, já citados pela empresa nesse mesmo relatório (na seção “Valores”) e no Código de Ética.

Tomando a Tractebel como um ator social, o fato de a empresa investir nestes centros, mesmo que de forma financiada, pode ser uma ação racional referente a valores, já que suas ações são, segundo a própria empresa, guiadas por determinados valores. Retomando Weber (2009, p. 15), esse tipo ideal de ação social é motivado pela crença consciente no valor absoluto e inerente a determinado comportamento, seja este valor ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação. Neste caso, os valores citados pela empresa são: profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente e ética (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2014). Analisando esses valores mencionados pela empresa, que seriam os que norteiam sua postura como um ator social, somados às ações de sustentabilidade já citadas anteriormente, como as voltadas ao meio ambiente, projetos sociais e culturais, uma classificação possível é a de que o investimento nos Centros de Cultura, tanto incentivados ou com recursos próprios, também é uma ação racional com relação a valores. Ao mesmo tempo, também há a possibilidade de ser uma ação racional referente a fins, como explicado no parágrafo anterior.

Essa indicação de uma classificação dupla da ação, como racional referente a fins e racional referente a valores, é de acordo com Weber a mais comum, pois como o mesmo explica em *Economia e Sociedade* (2009, p. 16), só muito raramente a ação social é orientada, de forma exclusiva, de uma única maneira (essas maneiras, como citadas no referencial teórico, são quatro: racional referente a fins, racional referente a valores, afetiva e tradicional). Naturalmente, essas formas de ação de modo algum são uma classificação completa da totalidade dos tipos de ação possíveis, mas sim tipos conceitualmente puros, os tipos ideais, segundo Weber (2009). Esses quatro tipos ideais são elaborados para fins sociológicos, dos quais a ação real se aproxima mais ou menos. Importante destacar que esta é uma análise parcial, sem considerar os outros atores com os quais a empresa interage: o Estado, as ONGs, a sociedade civil. Mais pesquisas explorando como se constitui a relação da Tractebel com outros atores sociais seriam bem-vindas.

As ações de responsabilidade social da Tractebel, bem como a elaboração e publicação de relatórios, podem indicar uma regularidade. Segundo Weber (2009, p. 17) podem ser observadas regularidades na ação quando o curso da mesma é repetido sempre com o mesmo agente ou entre muitos, simultaneamente, com sentido tipicamente homogêneo. Nesse caso, o agente não é sempre o mesmo, mas são vários agentes simultaneamente. Mais especificamente, o curso da ação se repete com uma multiplicidade de agentes, simultaneamente: os *stakeholders* e os *shareholders*, já que além de falar sobre números relacionados à RSE os relatórios fazem o balanço financeiro da empresa durante todo o ano. Ou seja, além de informações sobre o quanto foi destinado às ações de RSE, há também a preocupação de informar aos controladores o lucro arrecadado ao longo do período, por exemplo.

Retomando Weber (2009), os tipos ideais são vazios de realidade, mas usados para analisar a realidade. No caso da Tractebel é possível indicar que as ações de responsabilidade social podem ser analisadas sob várias perspectivas. Essas ações são ações sociais, uma vez que tem seu sentido relativo a outro sujeito ou um grupo de pessoas, ao mesmo tempo, como fala o autor. Nesta análise, elas podem ser consideradas como racionais referente a fins, porque o objetivo final da empresa é atender aos interesses dos acionistas e diminuir despesas com impostos, mas também há a possibilidade de indicar que elas são referentes a valores, já que a empresa declara que age segundo determinados valores corporativos (ética, transparência, espírito de equipe, etc.). Ainda poderiam ser analisadas como tradicionais, pois são praticadas como um hábito, há doze anos, sem muita sistematização ou clareza na elaboração

dos programas de RSE e na divulgação dos Relatórios analisados (de 2003 e 2014).

Além disso, podemos indicar que a divulgação dos relatórios, em si, é uma ação regular, uma vez que se repete constantemente com relação aos mesmos grupos, mesmo que não com o mesmo sentido, pois, como já mencionado, ao direcionar o relatório aos públicos de interesse, o objetivo é um, e ao direcionar aos investidores o propósito é outro.

No primeiro relatório, em 2003, a apresentação é direcionada aos acionistas (*shareholders*), ao passo que no relatório mais recente, de 2014, ele é dirigido também aos grupos de interesse (*stakeholders*). Seria possível afirmar que os contextos diferentes teriam transformado o sentido da ação? É importante esclarecer que há, nesse intervalo de tempo, transformações no contexto econômico nacional e internacional, como a crise de 2008 e as mudanças na legislação sobre comercialização de energia, por exemplo, que não foram abordadas nesta pesquisa. Este, por sinal, nos parece ser um bom tema para o mestrado.

Retomando o que Weber (2009) explica sobre ação social, quando frequentes elas podem ser norteadas pela representação de uma ordem legítima, quando há regularidade nelas. A legitimidade de uma ordem pode ser assegurada por atitude interna: de modo afetivo, racional referente a valores, religioso ou por expectativas de consequências externas. A ordem é convenção quando sua vigência é monitorada dentro de um grupo de pessoas que pode reprovar um comportamento proibido, ou direito, quando há obrigação legal. Dessa forma, podemos dizer que há uma convenção, na relação Tractebel/grupos de interesse e Tractebel/investidores quanto à divulgação destes relatórios, pois a mesma, feita anualmente, embora se dirija, no último ano, “a todos os públicos de interesse”, também se volta aos seus investidores - pois não constam apenas informações referentes às ações de RSE, mas também há informações sobre lucros e investimentos em usinas, por exemplo, que interessam diretamente a quem investe na empresa. Há a possibilidade de monitoração e reprovação, por exemplo, por parte de grupos de interesse que podem reprovar ações socialmente não responsáveis da Tractebel, e também por parte dos investidores, que podem reprovar posturas e ações da empresa no mercado. Ou seja, retomando Boltanski e Chiapello (2009), há também a possibilidade de críticas direcionadas à empresa.

Na apresentação do relatório de 2014 a empresa declara:

O documento foi elaborado por uma equipe multidisciplinar – com representantes de diversas áreas internas, incluindo o Comitê de Sustentabilidade, o que assegura a apresentação

dos temas mais relevantes para a Companhia. Além disso, o relatório foi validado pela Diretoria-Executiva. Os públicos de relacionamento foram também consultados, por meio de questionários e eventos presenciais realizados em 2013 e 2014, complementados por entrevistas realizadas no início de 2015. A consulta propôs assuntos relacionados à sustentabilidade, possibilitando aos entrevistados a sugestão de tema de livre escolha. Esse processo resultou na seleção de 11 tópicos relevantes, apresentados na sequência (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014, p. 14).

O fato de a empresa ressaltar que os tópicos apontados no documento foram sugeridos pelos públicos de interesse pode sugerir que a empresa torna públicas informações que interessam aqueles, para além dos seus investidores. Ou seja, podemos indicar que ela está interessada em manter as relações com esses públicos através da publicação das informações que os últimos acham pertinentes. Nesse sentido, há a regularidade da ação social, com seu sentido direcionado a dois agentes simultaneamente: aos “públicos de interesse” e aos investidores (como mostrado, por exemplo, no tópico “Gestão Econômica”, não analisado nesta pesquisa). Indicamos regularidade da ação porque o curso da ação repete-se sempre com os mesmos agentes, os dois citados acima, com sentido homogêneo. Entretanto, temos de lembrar que indicamos a ação de elaborar e divulgar o relatório como mista, o tipo mais comum segundo Weber, conforme citado no capítulo 1. Dessa forma, ao mesmo tempo em que pode ser classificada de ação racional referente a valores, já que segundo o próprio documento a Tractebel é guiada por valores como ética, espírito de equipe e cooperação, é uma ação referente a fins, já que a empresa também se preocupa em prestar contas aos seus investidores e investidores em potencial, através de dados e valores sobre investimentos em usinas, energia gerada e lucro, por exemplo.

Além da análise documental, feita até aqui, foram feitas perguntas, via e-mail, ao Consultor em Sustentabilidade e em Relação com Investidores da Tractebel, que será identificado como Entrevistado 1. Foram elaboradas cinco perguntas. A primeira foi: quando e porque foi criado o Comitê de Sustentabilidade na empresa? A resposta foi que “o Comitê foi criado em 2007, para tornar mais eficazes as ações voluntárias em prol do desenvolvimento sustentável praticadas pela Tractebel nas regiões das usinas e sede”. Essa explicação, como podemos ver, não está

presente nos relatório de 2014, que apesar de apresentar o Comitê não faz uma apresentação ou histórico do mesmo.

A segunda questão foi: quem são as pessoas que o compõem? Sua resposta foi que “O Regimento Interno descreve as áreas e instâncias que compõem o Comitê”. O Regimento aponta que o Comitê

“é composto por representantes (a) da Diretoria Executiva, (b) do Conselho de Administração e (c) das Unidades Organizacionais (UO) com maior interface com *stakeholders* e/ou aspectos socioambientais das usinas” (REGIMENTO INTERNO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE, 2007).

Ainda segundo texto do Regimento, os integrantes são

a) um Diretor Executivo na função de Coordenador do Comitê; b) um conselheiro independente e/ou representante dos empregados do Conselho de Administração; c) um representante designado pela Diretoria Administrativa (DA); d) um representante da UO (Unidades Organizacionais) Relações com Investidores (DRI); e) um representante da UO Tractebel Comercialização de Energia (TCE); f) um representante da UO Meio Ambiente (AMA); g) um representante da UO Geração Hidráulica (DGH); h) um representante da UO Geração Térmica (DGT); i) um representante da UO Recursos Humanos (DRH); j) um representante da UO Documentação, Patrimônio, Suprimentos e Serviços (DPS); k) um representante da UO Desenvolvimento de Negócios (DDN); e l) um representante da UO Planejamento e Logística de Projetos (PLP) (REGIMENTO INTERNO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE, 2007).

Seguindo com a análise do Regimento, os integrantes do Comitê, com mandato de dois anos, são escolhidos mediante nomeação pelo Diretor-Presidente da Companhia (que nomeia o coordenador do Comitê), um pelo Comitê Administrativo, enquanto os demais integrantes são “nomeados de comum acordo entre o Coordenador e o Diretor Executivo das UO (Unidades Organizacionais) representadas no Comitê”. O secretário-geral é nomeado pelo coordenador dentre os integrantes do Comitê (REGIMENTO INTERNO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE, 2007).

Uma característica que podemos constatar diante da leitura do Regimento é que os membros do Comitê são, em sua totalidade, indicados pelo Comitê Administrativo (CA), presidente da empresa, ou pelos coordenadores ou diretores executivos das Unidades Organizacionais da empresa. Isso significa que, embora o Comitê seja o órgão que delibere as ações de RSE dentro da empresa, elas estão de alguma forma subordinadas, bem como o próprio Comitê, à diretoria e ao Comitê de Administração da empresa.

Com relação ao início das atividades de Responsabilidade Social na Tractebel, o Entrevistado 1 declarou que

tanto as ações de Responsabilidade Social destinadas a comunidades das regiões das usinas e sede, quanto a Responsabilidade Social em sentido amplo, que abrange todas as ações e atividades da Companhia e todos os seus relacionamentos, em conformidade com seus princípios éticos e de respeito aos direitos humanos, são praticadas desde o início das operações da Tractebel Energia, em 1998” (Entrevistado 1)³⁵

Ao comparar esta afirmação com as informações do site da empresa não encontramos nenhum registro relativo à data de início das ações de RSE, tanto no histórico da empresa quanto no tópico que fala sobre responsabilidade social, analisado no início desta seção.

Com relação a existência de um profissional especializado em Responsabilidade Social, Entrevistado 1 respondeu que o Comitê de Sustentabilidade é o órgão que propõe iniciativas e analisa demandas relacionadas ao tema, e que o membro do Comitê que é representante da Diretoria Administrativa e que integra a Assessoria da Diretoria Administrativa é a pessoa especificamente encarregada do tema dentro da empresa.

Comparando esta resposta com o Regimento analisado e as informações do site, relativas aos programas de RSE, não encontramos informações que indicassem existir algum membro especializado ou encarregado do tema RSE dentro do Comitê ou mesmo dentro da empresa.

Com relação à forma de avaliação do retorno para a empresa das ações de RSE, declarou que

o Comitê de Sustentabilidade e as áreas diretamente envolvidas em cada ação monitoram e

³⁵ Perguntas respondidas pelo Entrevistado 1 (out. 2015), via e-mail.

avaliam o resultado das metas e ações de sustentabilidade empresarial e responsabilidade social corporativa. Para conhecer mais esse tópico, além do Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade, sugere-se o capítulo Gestão Social do Relatório de Sustentabilidade (Entrevistado 1)³⁶.

Esta resposta não indica como a empresa avalia o recebimento de suas ações de Responsabilidade Social junto aos seus públicos, apenas é afirmado que existe um monitoramento e avaliação dos resultados e metas, mas sem qualquer especificação. O capítulo Gestão Social, presente na resposta, vale ressaltar, já foi analisado anteriormente, nesta mesma seção. Ou seja, não foi possível saber se há algum método ou instrumento específico de análise na recepção das ações empreendidas pela empresa na área de responsabilidade social.

Uma pesquisa de satisfação encontrada no Relatório de 2014 foi a que aborda o Índice de Satisfação de Clima, feita com 76% dos empregados da empresa e indica que o índice de satisfação é de 74%. Outra informação desta espécie é o Índice de Favorabilidade realizado com clientes, com o resultado de 95%. Entretanto, a entrevista citada nesse índice não foi feita com todos os empregados. Esses são dados da empresa e não sabemos como e quais perguntas foram feitas. Não foram entrevistados nesta pesquisa outros funcionários da empresa, então não foi possível conhecer as condições de trabalho ou como a empresa auferiu este índice de satisfação, nem era este o escopo da análise. Com os clientes da empresa, segundo o documento, acontece o mesmo, atingindo um índice próximo a 100%. Ambas as pesquisas são apontadas logo no início do Relatório de 2014, na parte “Destaques de 2014”, figurando ao lado dos prêmios recebidos pela empresa. Podemos dizer que esses bons resultados, uma vez apresentados como destaques do ano, são importantes para a empresa e que tangenciam a RSE. Entretanto, o fato de haver essas pesquisas que a Tractebel aponta como destaques no Relatório, com empregados e clientes, não significa ações de RSE voltadas aos seus funcionários. Percebemos, pelo contrário, que as ações de RSE da empresa são externas à empresa e que não há nenhuma que seja especificada aos empregados.

Outro ponto importante a destacar é que a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade é feita na parte do site chamada

³⁶ Entrevista concedida pelo Entrevistado 1, em outubro de 2015, por *e-mail*. Entrevistadora: Sara Durante Baschirotto. Florianópolis, 2015.

“Finanças”, onde há um link que nos direciona para seção “Investidores”. Mais uma vez, percebemos que a divulgação desses relatórios está muito relacionada com os investidores, ou acionistas, os *shareholders*.

Além destas perguntas respondidas via e-mail, realizamos uma entrevista na sede da empresa, em Florianópolis, com dois membros do Comitê de Sustentabilidade. O primeiro, já identificado como Entrevistado 1, é diretor-geral do Comitê (e ocupa os cargos de Consultor em Sustentabilidade e em Relações com Investidores), o segundo, que será identificado como Entrevistado 2, ocupa o cargo de Coordenador de Responsabilidade Social Corporativa da empresa. O Entrevistado 1, que é o responsável por elaborar os Relatórios de Sustentabilidade da empresa, é engenheiro, com MBA e pós-MBA em Gestão Empresarial. É graduado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1977), com MBA em Gestão Empresarial na Fundação Dom Cabral (2005-2006) e pós-MBA pela *Kellogg School of Management* (USA, 2006). A pessoa responsável pela coordenação de Responsabilidade Social na Tractebel, identificada como Entrevistado 2, é formada em Comunicação Social e Psicologia, e especializada em administração e gestão da cultura.

Sobre a data de início dos programas de RSE na Tractebel, ambos responderam que quando a empresa começou com sua atividade no Brasil esses programas já tiveram início, “mas foram consolidados em 2007, com a criação do Comitê de Sustentabilidade” (Entrevistado 1).

Perguntados sobre quem escolhe as áreas a ser o foco das ações de RSE, responderam que as áreas de foco dos programas de Responsabilidade Social, bem como as ações específicas, são escolhidas pelo Comitê.

“Os Programas de Responsabilidade Social Corporativa, criados a partir de 2007, estabelecem o foco. Eles estabelecem os focos de atuação. Esses programas foram criados no âmbito do Comitê de Sustentabilidade. Então, o Comitê tem, entre outras funções, a função de avaliar as propostas que chegam até o Comitê mediante estes critérios, que estão estabelecidos nos Programas.” (Entrevistado 2).

“E ao mesmo tempo o Comitê propõe ações. Todo ano são estabelecidas metas de Sustentabilidade. Você vai ver isso no Relatório de Sustentabilidade” (Entrevistado 1).

Sobre qual é o público alvo dos programas de RSE a resposta foi “Nós temos usinas espalhadas. Um dos nossos maiores critérios é beneficiar as comunidades que estão no entorno” (Entrevistado 2).

Ou seja, como já constatado anteriormente durante análise do Relatório de 2014, a empresa concentra suas ações relacionadas à responsabilidade social no entorno das instalações nas diferentes cidades em que tem usinas.

Continuando a responder, o outro entrevistado disse que “Os nossos investimentos se dividem em recursos próprios e recursos incentivados, divididos em várias leis” (Entrevistado 2).

Ao mencionar o destaque que há nos recursos incentivados com relação à Lei Rouanet, a resposta foi que os incentivados representam o maior volume de verba.

Sobre os incentivos federais, foi dito que

“das leis que nós trabalhamos, todas federais, tudo imposto de renda, tem o Fundo Municipal do Idoso³⁷, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo da Infância e Adolescência, Lei do Audiovisual, Lei Rouanet, Pronon³⁸, que é oncologia, e Pronas, relacionado a pessoas com deficiência. A Lei Rouanet significa 4 % do total do imposto, enquanto as outras são 1% cada. Então, realmente a Lei Rouanet acaba se prevalecendo e é onde nós temos mais projetos apresentados. Nós não precisamos ir a campo buscar projetos, eles vêm em grande quantidade (os pedidos de patrocínio). Então, a Lei Rouanet é a mais popular” (Entrevistado 2).

Pessoas ou grupos solicitam patrocínio para a Tractebel, que escolhe quais deles beneficiar com a Lei Rouanet através do Comitê de

³⁷ O Fundo Nacional dos Idosos “autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso” (LEI 12.213)

³⁸ De acordo com Portal da Saúde, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) pessoas físicas e jurídicas, como incentivadoras, poderão deduzir do Imposto de Renda os valores relativos às doações e patrocínios efetuados em prol de ações e serviços desenvolvidos pelo Pronon e do Pronas/PCD, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde. Informações disponíveis em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/se/se-desid-pronon> Acesso em 21 nov. 2015.

Sustentabilidade. Nas palavras do Entrevistado 2, “eu tenho um projeto, preciso cadastrar no Ministério e ser autorizado para ir a campo captar a verba. Então, na hora que foi aprovado o projeto com valor x para captação, eu tenho que ir às empresas captar.”

Perguntados sobre como acontece a escolha das ações na área cultural, já que é a que mais recebe investimento, o Entrevistado 2 disse que para cadastrar um projeto cultural na empresa e ser escolhido como beneficiário da Lei Rouanet há um sistema no *site* da Tractebel. A partir disso os membros do Comitê decidem qual será aprovado.

Entretanto,

nem todo projeto precisa obrigatoriamente ser aprovado pelo Comitê, mas obrigatoriamente tem que ser aprovado pelo seu diretor-administrativo. Então, existe um fluxo: por telefone, e-mail, no sistema. A totalidade, hoje, estamos tentando que cadastre no nosso sistema. A gente está falando, hoje, de 2 mil pedidos por ano. É muito pedido. Tem pedidos que já são negados assim que vistos. O Comitê tem como uma das atribuições essa avaliação também. Existe uma votação entre os membros (Entrevistado 2).

De acordo com o Entrevistado 1

A empresa gera um determinado lucro e um percentual desse lucro ela pode aplicar em cultura, saúde, esporte, etc. Outra parte a diretoria define: eu quero que a empresa também entre com x reais de recursos. Então, antes do ano começar já está decidido: investimento por recurso próprio vai ser tanto e incentivado é o que a Lei permite (Entrevistado 1).

Ou seja, a empresa tem uma parcela pequena a ser investida com recursos próprios, e outra, que é a maior e incentivada por leis, que segundo ambos os entrevistados pode ser explorada ao máximo - tanto quanto as leis permitirem. Então, podemos ver que investimentos que podem ser deduzidos em Imposto de Renda são usados em sua totalidade.

Ainda sobre os recursos relativos à RSE, o Entrevistado 2 disse que “dezembro é o melhor mês para qualquer empresa projetar os patrocínios incentivados, porque nós temos uma realidade de saldo. Então, já está mais real. Agora vamos trabalhar em cima de saldo”. Segundo Entrevistado 1, no último mês do ano a empresa já está projetando o lucro para o ano seguinte. Ou seja, os recursos relacionados às ações de RSE da Tractebel são planejados com base em dados

financeiros disponíveis para o próximo ano, inclusive a estimativa de lucro da empresa.

Sobre os programas culturais, especificamente os Centros de Cultura, que são as ações que mais recebem recursos relacionados à RSE, foi dito que

Hoje a empresa tem um carro-chefe: que são os Centros de Cultura e Sustentabilidade. A empresa, hoje, procura concentrar os recursos de Lei Rouanet nesses espaços. Eles são instalados em cidades com menos de 100 mil habitantes. O primeiro Centro foi instalado numa cidade com menos de 5 mil habitantes (Entrevistado 1).

Os Centros de Cultura são construídos em municípios nos quais há usinas da empresa e que são na sua maioria, segundo os entrevistados, locais de concentração de pessoas de baixa renda.

De acordo com o Entrevistado 1,

a gestão desses centros é autônoma, ou seja, a Tractebel tem o recurso, capacita pessoas para fazer a gestão do Centro e o próprio Centro depois faz o mesmo exercício. Ou seja, para montar a agenda cultural dele, o mesmo vai buscar recursos da Lei Rouanet (Entrevistado 1).

Perguntados sobre a gestão dos Centros de Cultura ser entregue à Oscips, segundo consta no Relatório de 2014, o Entrevistado 2 informou que a gestão dos Centros precisa ser entregue a uma associação, mas não necessariamente uma Oscip.

Aqui, podemos perceber uma dissonância entre o que é afirmado no documento se comparado com a fala dos entrevistados, já que no Relatório de Sustentabilidade de 2014 é dito que a administração dos Centros é entregue para Oscips. Na entrevista, entretanto, foi declarado que ela permanece a cargo de uma associação, mas não obrigatoriamente uma Oscip.

Continuando a falar sobre a gestão dos Centros, o Entrevistado 2 declarou que uma das ações futuras da empresa é auxiliar essas associações a se transformarem em Oscip, porque dessa forma há a possibilidade de benefícios fiscais para as mesmas, e também de remuneração de suas diretorias.

Questionados se após a entrega dos Centros há uma desvinculação desta com a empresa foi dito que apenas parcialmente, pois a Tractebel patrocina parte dos recursos dos Centros através da Lei Rouanet. O Entrevistado 2 disse que “é difícil falar em quebra de

vínculo”. Ou seja, isso reforça a diferença, mais uma vez, entre o que foi lido e analisado no documento oficial da empresa e este ponto da entrevista, como dito a seguir: “A gente não quer dependência, mas vamos ser um padrinho por muito tempo. Acho difícil essa quebra de vínculo. Não é o que a gente quer” (Entrevistado 2).

Perguntados se há, para além desses programas mais sistematizados, ações assistencialistas a resposta foi afirmativa.

Nós fazemos também doação através de recurso próprio, que são os não incentivados. Então, ainda existe. E nós estamos com as usinas em municípios muito carentes. Então, ainda existe, sim, uma parcela de filantropia, que é feita com valores menores. São doações que, na maioria, são até 5 mil reais, e a média é até 20 mil reais, por doação. São doações que são muito mais para aquele momento, para, de repente, reformar uma sala de uma escola, cobrir um telhado. Então, tem filantropia, mas hoje esses recursos próprios, do nosso total de verba, representa apenas 5% do total de Responsabilidade Social” (Entrevistado 2).

Como já mostrado nos gráficos e na análise do Relatório de 2014, a verba destinada aos investimentos não incentivados, que saem do orçamento da própria Tractebel, são muito menores do que os que são incentivados através de leis. E com esses recursos próprios são feitas ações de cunho assistencial, como visto na fala acima.

Essa parcela não incentivada é destinada principalmente para assistencialismo, mas não só para isso. “Outro valores pequenos, até 20 mil reais, mas que não são assistencialismo, também são incluídos nesse tipo de recurso”, acrescenta. Retomando os valores do gráfico 1 e 2, a parte não incentivada relativa ao ano de 2014 equivale a R\$ 4.143. É um valor que está na média de 5 mil reais, como respondido pelo entrevistado.

Perguntados sobre se há obrigatoriedade na legislação brasileira relacionada à divulgação de relatórios com dados referentes à RSE, eles responderam que não há lei que regule ou obrigue empresas a produzirem os mesmos, como já constatado no início da pesquisa. Nas palavras do Entrevistado 1, “sobre o Relatório de Sustentabilidade, a Bovespa quer transformar em uma norma obrigatória, mas por enquanto não é”.

Sobre normas relacionadas à elaboração e divulgação dos relatórios da empresa, foi dito que “o Relatório tem como padrão a GRI. Entre a NBR 16000 e a ISO 26000, a Tractebel prefere seguir hoje a ISO 26000. A NBR 16000 foi uma norma que não se popularizou, porque ela

foi lançada um pouco antes da ISO 26000. A diferença é que a 16000 pode certificar. A 26000 não é para certificação”.

Questionado por que a empresa prefere seguir a ISO 26000 ao invés da ABNT 16000, que é certificável, o Entrevistado 1 disse que esta é uma decisão tomada pela empresa há seis anos, mas não explicou o motivo. A existência dessas normas, bem como a ausência de legislação nacional sobre a divulgação de relatórios, já havia sido constatada neste mesmo capítulo.

Ao ser perguntado sobre a ausência de padronização dos relatórios e de informação no Relatório de 2003 sobre Responsabilidade Social Empresarial o Entrevistado 1 declara:

Porque a Tractebel passou a adotar o padrão da GRI a partir do Relatório de 2007. Antes era chamado Relatório Anual. Hoje em dia, muitas empresas chamam de Relatório Anual até adotando a GRI. No Relatório de Sustentabilidade, a empresa adota o padrão GRI, por isso você encontrou diferença de padrão (Entrevistado 1).

Continuando a resposta, ele explica que a empresa se tornou privada em 1998, e não tinha obrigação de fazer o relatório. Ela resolveu começar a fazer em 2003, depois se tornou uma empresa de capital aberto e então os relatórios mudaram.

Sobre o objetivo da divulgação dos relatórios, a resposta do Entrevistado 1 foi que o propósito principal é manter a empresa no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). Além disso, respondeu que o outro objetivo é informar sobre as questões econômico-financeiras, sociais e ambientais aos diferentes públicos: acionistas, empregados, clientes, comunidade e universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem sido nas últimas décadas, um tema discutido fora e dentro das empresas, tendo atraído pesquisas científicas que buscam entender e analisar a relação entre empresa e suas ações voltadas à sociedade, já que grandes empresas são constantemente vistas como atores sociais importantes, como mencionado por Sartore (2012b).

Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) buscam compreender a forma como o capitalismo consegue permanecer, desde há muito tempo, como um sistema econômico, através das modificações das ideologias associadas às atividades econômicas capitalistas. Ideologia, para os autores, como citado no capítulo 1, significa o conjunto de crenças compartilhadas e inscritas em instituições capitalistas, como a empresa, que são implicadas nas ações e por isso tem base na realidade. O que muda no capitalismo ao longo do tempo, segundo os autores, é a forma como as pessoas se engajam em ações capitalistas e sua respectiva justificativa e sentido atribuído às ações. Essa justificativa é uma característica típica do espírito do capitalismo, que é transformada pelos atores sociais, dentre outros motivos, devido à crítica - principal motor dessa transformação. A crítica, como já mencionado, pode emanar de agentes que são contra o capitalismo como sistema econômico e também a partir de consumidores que se negam a aderir a determinados mercados, produtos ou empresas. Nesse ponto, o capitalismo incorpora valores pelos quais era criticado. Além da crítica há a concorrência dentro dos próprios mercados. Mas, para Boltanski e Chiapello (2009) a crítica ainda é a maior responsável pela dinâmica de mudanças das justificativas, e estas precisam, na maioria das vezes, falar em nome de um bem comum. Ainda segundo os autores, nas três diferentes fases do espírito do capitalismo existiram diferentes

justificativas. Os diferentes espíritos, portanto, são as diferentes ideologias que justificam o engajamento no capitalismo. O chamado novo espírito do capitalismo, o mais recente, é isomorfo à globalização, segundo Boltanski e Chiapello (2009). Para além do lucro, a justificativa do capitalismo precisa se apoiar em dispositivos (como regras e convenções) orientados para a justiça. Neste caso, podemos citar as ações que estão nos programas de RSE das grandes empresas, as quais, segundo os autores, são geridas por pessoas que precisam se empenhar em justificar junto a crítica a existência da empresa capitalista. As ações de RSE numa grande empresa como a Tractebel pode ser assumida como um dispositivo que justifica a empresa diante de seus públicos de interesse e também diante de possíveis críticas.

Autor retomado pela análise de Boltanski e Chiapello (2009), Weber (2009) também pode ser citado para analisar a Responsabilidade Social Empresarial, a partir do sentido da ação. Tomando ações de RSE como ações sociais, podemos classificá-las em quatro tipos, como descrito no capítulo 1. Segundo o autor, o capitalismo assume formas diferentes, desde a Idade Média até a Idade Moderna. Da Idade Antiga até o fim da Idade Média a característica é a econômica doméstica, onde a base da gestão não é o lucro, mas a sobrevivência da família. Do fim da Idade Média até a Era Moderna acontece a passagem para uma gestão do lucro, onde a empresa, aos poucos, se desloca dos limites da cidade e da ligação familiar. Ao diferenciar o *oikos* da empresa moderna Weber (2009) mostra também a mudança do sentido da ação econômica. Uma ação econômica é uma ação social dirigida a um ator social com sentido econômico na sua origem, diferente da ação economicamente orientada, que adquire caráter econômico no percurso da ação, mas sua origem não tem caráter econômico. As ações que a Tractebel desenvolve dentro dos seus programas de RSE foram tomadas como ação social.

A Responsabilidade Social Empresarial, surgida nos Estados Unidos na década de 1960, impulsionada por reivindicações sociais, e décadas depois assumida como tema de discussão na União Europeia, com foco nas questões sobre relação com empregados e qualidade dos produtos, desenvolve-se de forma mais organizada no Brasil nos anos 1980, com a criação de alguns grupos e intuições, como a PNBE e o Ethos. Entretanto, como já visto no capítulo 2, as primeiras discussões sobre o papel e influência das empresas na sociedade acontecem no Brasil ainda na década de 1960, com a criação da ADCE, que atuava de forma assistencialista, guiada por valores como a caridade. Outras intuições, como a Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AMCHAM-SP), o grupo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Grupo

de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), também discutiam sobre uma postura mais ativa da empresa com relação aos problemas sociais, no período após a redemocratização do país, em 1980 (CAPPELLIN e GIFFONI, 2007).

Essa passagem de duas décadas com relação à RSE no Brasil, de acordo com Sartore (2012b), caracteriza uma transformação da Responsabilidade Social vista como ações mais imediatas, do tipo assistencialista e caracterizada por doações, em ações de fato mais organizadas e sistematizadas pelas empresas, em áreas como educação, cultura e meio ambiente, por exemplo.

Mesmo que nomes como Instituto Ethos, FIDES e outras organizações estejam ligados ao início do projeto de RSE no Brasil, este setor ganhou vida própria e as empresas parecem responder, em primeiro lugar, às suas necessidades internas e aos seus interesses em relação aos acionistas, como mostrado na análise sobre os relatórios da Tractebel, no capítulo 3.

Embora haja um discurso bastante difundido de ações de RSE na empresa e mesmo a presença dela em inúmeras premiações e rankings, com destaque para aqueles elaborados pela revista EXAME, quando verificamos o volume de recursos gastos pela Tractebel nesta área, eles são ínfimos. Os investimentos em ações sociais com recursos incentivados pelo governo (13.773 reais) são maiores que os não incentivados (4.143 reais), ou seja, com dinheiro da própria empresa.

Os dois Relatórios analisados não são padronizados e não há nenhuma exigência legal para esta padronização. Existem diretrizes que podem ser seguidas por empresas que procuram fazer uma gestão de Responsabilidade Social, como as indicações do Ethos, da GRI ou as normas da ABNT e ISO, mas não há uma lei. Nesse cenário, a cada ano a Tractebel publica as informações em formatos diferentes, o que dilui as possibilidades de comparação detalhada. Sendo assim, a análise e comparação das informações dos relatórios, como feito em parte nesta pesquisa, se torna difícil. O valor destinado aos programas de RSE não são relacionados a nenhum montante. Além disso, existem valores dissonantes, relativos à RSE, em dois pontos do relatório, como constatado no capítulo 3. Um está em milhares e outro em milhões. São dados diferentes.

Outro fato que chamou atenção foi que a área para a qual são destinados mais recursos é a área cultural, justamente a que é abrangida pela Lei Rouanet. Entretanto, esta é uma empresa que traz consequências das suas ações para a área ambiental, majoritariamente, com a instalação de usinas.

Sobre a entrevista, com relação aos valores destinados aos recursos não incentivados, foi declarado que a maior parte deles têm cunho assistencial. Se retomarmos a constatação de Sartore (2012b) sobre o caminho da RSE brasileira, de filantropia para ações sistemáticas, percebemos que ambas, no caso da Tractebel, ainda coexistem. Podemos perceber ainda, de acordo com as falas dos dois entrevistados, principalmente com relação aos planejamentos que são feitos no fim do ano, nos meses de dezembro, que existe um planejamento estratégico dos recursos incentivados e não incentivados, e que os primeiros são explorados ao máximo, já que propiciam redução de impostos a serem pagos pela empresa. Portanto, a empresa busca economia de recursos. Então, a principal preocupação com investimentos em RSE é voltada para aqueles que podem trazer algum benefício para a empresa. Isso fica evidente no que foi declarado sobre a dependência dos Centros de Cultura, que mesmo depois de prontos mantem vínculo com a Tractebel através de pedidos para verbas culturais, sob a Lei Rouanet, como explicou um dos entrevistados. Dessa forma, a empresa investe nos Centros, entrega a gestão para associações, mas através desses mesmos Centros projetos culturais são submetidos à aprovação do Comitê para receber incentivos. Ou seja, é uma espécie de ciclo, onde a construção dos Centros de Cultura, declarado na entrevista como “carro-chefe” da RSE da empresa, recebe a maior parte dos investimentos incentivados e depois permanecem sendo fonte de demandas para investimentos que podem ser descontados em tributos pagos pela empresa.

O objetivo principal da empresa com a elaboração e publicação dos relatórios é manter-se como destaque no ISE, da Bovespa. Observamos que em nenhum momento foi mencionado, pelos entrevistados, outras ações de RSE que são apresentadas no site - como reflorestamento, visitas da comunidade às usinas ou programas da empresa em escolas. Ou seja, isso aponta uma diferença entre o que encontramos publicado no endereço eletrônico e o que ouvimos na entrevista. É perceptível o destaque dado a determinadas ações em detrimento de outras. Percebemos ainda que os programas e ações de RSE são voltados ao público externo, em detrimento do interno (empregados).

Observamos que apesar de citar os públicos de interesse e a consulta aos mesmos com relação aos temas pertinentes para serem incluídos no relatório, a preocupação maior é voltada aos investidores, os acionistas. Os números relativos aos lucros, investimento em novas usinas, por exemplo, são muito mais detalhados do que os relativos à Responsabilidade Social, que só são citados e categorizados em incentivados ou não. Portanto, apesar das ações poderem ser classificadas

como racional referente a valores, os quais a empresa diz seguir em suas ações, podemos indicar, sobretudo, uma ação racional referente a fins. Explicando melhor, o sentido das ações é direcionado principalmente ao investidor, ou acionista. Ou seja, nessas ações o objetivo primeiro é a redução de despesas fiscais. Junto disso há a preocupação da empresa em se justificar, explicar porque é importante no mercado em que atua. Sendo assim, ela cita na apresentação do Relatório que assume valores iguais aos de seus públicos de interesse. Lembrando Boltanski e Chiapello (2009), é comum para se defenderem e justificarem sua existência as instituições do capitalismo, como a empresa, assumirem valores próprios da crítica, ou se antecipar diante de possíveis críticas. Podemos dizer, então, que a hipótese inicial desta pesquisa se confirma. Ou seja, o investimento e divulgação por parte da Tractebel em iniciativas de RSE podem constituir um quadro de justificação da empresa, conforme explica Boltanski e Chiapello (2009).

Embora haja interesse em contribuição para a sociedade e o diálogo com os públicos de interesses (ao ouvir os pontos que os mesmos acham pertinentes que apareçam nos relatórios, como citado no relatório de 2014), existe um forte propósito em justificar suas ações como empresa diante das possíveis críticas e também para quem investe na empresa - além de manter seu prestígio e valor no mercado financeiro, como já mencionado, através de sua presença no ISE. Seria possível, como já mencionado no último capítulo, identificar as suas ações de RSE de forma mista: racional referente a valores e racional referente a fins, e ainda tradicional, já que essa divulgação de relatórios tornou-se regular, sendo feita todos os anos, como um hábito.

Além destas observações, pesquisas sobre a forma como são elaboradas as ações específicas de Responsabilidade Social, além de estudos que busquem identificar os públicos de interesse com os quais a empresa diz dialogar, de onde partem as maiores críticas a ela ou quem são os atores autorizados a definir as finalidades das ações de RSE na empresa, ou seja, quem são os prescritores, seriam possíveis temas para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Muito além da filantropia. **Informações FIPE**, São Paulo, p. 16 - 19, 01 mar. 2006.

ADCE. **Associação de Dirigentes Cristãos de São Paulo**. ADCE-SP. Disponível em <<http://www.adcesp.org.br/#!/institucional/galleryPage>> Acesso em: 10 jun 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BITTENCOURT, Epaminondas; CARRIERI, Alexandre. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 45, n. spe, p. 10-22, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000500001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 jul. 2015.

BOLTANSKI, Luc; ÈVE, Chiapello. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=17329&idioma=pt-br>> Acesso em: 15 out 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**.

BRASIL. **Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010**.

CAPPELLIN, Paola; GIFFONI, Raquel. As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. **Cad. CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 out 2014.

CARVALHO, Osório; MEDEIROS, Janann. Racionalidades Subjacentes às Ações de Responsabilidade Social Corporativa. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 20, n. 64, p. 17-36, Mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 jun 2015.

CÓDIGO DE ÉTICA TRACTEBEL. **Código de Ética**: guia de práticas éticas. Florianópolis, sem data. Disponível em <http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/78237e13-9c0b-41d5-a42a-9ac57580f9dc/124146.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CA>

CHEID=78237e13-9c0b-41d5-a42a-9ac57580f9dc> Acesso em: 15 out 2015.

CONSULTOR em Sustentabilidade; RESPONSÁVEL por Responsabilidade Social. Sede Tractebel Energia, Florianópolis. 20 nov. 2015. Entrevista concedida a Sara Durante Baschiroto. Gravação em áudio, 30 m.

ENGIE. **GDF SUEZ passa a se chamar ENGIE**. Disponível em: <<http://www.gdfsuezla.com/pt/gdf-suez-becomes-engie/>> Acesso em: 10 ago 2015.

ETHOS. **Glossário do Ethos**. Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>> Acesso em: 10 out 2015.

ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social**. São Paulo, 2013. Disponível em<http://www3.ethos.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf> Acesso em: 20 set 2015.

FARIA, Alexandre; SAUERBRONN, Fernanda Figueiras. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 7-33, Jan./Fev. 2008.

FERREIRA, Marcelo J. F. **Responsabilidade social empresarial**. Revista Exame, 2013.

FLIGSTEIN, Neil. O Mercado Enquanto Política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (org.). **A Nova Sociologia Econômica**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da incrustação. **A Nova Sociologia Econômica**. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (org.) Oeiras: Celta, 2003.

GRI. **Global Reporting Initiative**. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>> Acesso em: 23 ago 2015.

GRUPO Engie. **Grupo GDF Suenz**. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/negocios/conheca-o-mercado-de-energia/grupo-gdf-suez>> Acesso em: 10 jun 2015.

INMETRO. **ABNT NBR 16001 – Responsabilidade social – Sistema da gestão**. Disponível em <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp> Acesso em: 08 nov 2015.

JACQUES, Caroline da Graça. **A Construção social da Empresa em tempos de Responsabilidade Social Corporativa**: um estudo de caso a

partir da Whirlpool SA. Florianópolis, 2010. 134f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Pós Graduação em Sociologia Política.

JACQUES, Caroline da Graça. **Trabalho Decente e Responsabilidade Social Empresarial nas Cadeias Produtivas Globais: o modelo *fast fashion* em Portugal e no Brasil.** Florianópolis, 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Pós Graduação em Sociologia Política.

KIRSCHNER, Ana Maria; SAINSAULIEU, Renaud. **Sociologia da Empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

LÉVESQUE, Benôit. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para Repensar a Economia no Sentido do Desenvolvimento Sustentável. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v.47, n. 2, p. 1-12, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902007000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902007000200006>

MARIANO, Adriana Salles. A responsabilidade Social das Empresas uma mudança em curso? **Caderno FIPE**, mar 2006, p. 23 – 25.

O Globo. **Ações da Volkswagen despencam mais de 17% com escândalo sobre emissões nos EUA.** Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/carros/acoes-da-volkswagen-despencam-mais-de-17-com-escandalo-sobre-emissoes-nos-eua-17558453>> Acesso em: 30/10/2015.

PORTAL da Saúde. Ministério da Saúde. Disponível em <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/se/se-desid-pronon>> Acesso em 10 nov. 2015.

RELATÓRIO Anual. **Relatório Anual 2003.** Disponível em <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/6c520863-b357-40e5-a49f-4fa9e0ef8f57/Relat%C3%B3rio%2BAnual%2B2003.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=6c520863-b357-40e5-a49f-4fa9e0ef8f57>> Acesso em: 05 out 2015.

RELATÓRIO de Sustentabilidade 2014. **Relatório de Sustentabilidade.** Disponível em <<http://rso2014.tractebelenergia.com.br/pt/03.htm>> Acesso em: 10 out 2015.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em antropologia**. 1 ed. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

SARTORE, Marina de Souza. A sociologia dos índices de sustentabilidade. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 169-187, nov. 2012a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702012000200009&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em 22 abr. 2015.

SARTORE, Marina de Souza . Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções. **Cad. CRH** [online]. 2012b, vol.25, n.66, p. 451-464. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792012000300005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 22 abr. 2015.

SARTORE, Marina de Souza. Estado, mercado e índices de sustentabilidade. **Soc. estado**. [online]. 2012c, vol.27, n.3, p. 631-651. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922012000300010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 22 abr. 2015.

_____. Responsabilidade Social e Investimento Socialmente Responsável: o espaço da sustentabilidade empresarial em debate. cap 5, p. 215-245. **As centralidades e as fronteiras das empresas do século XXI**. Júlio Cesar Donadone e Maria A. Chaves Jardim (orgs.) 2011.

_____. **Responsabilidade Social: uma análise histórico-sociológica e a questão da polissemia entre empresa e a mídia**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas, 2003.

SEBRAE. **Oscip**: organização da sociedade civil de interesse público. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/OSCIP-%E2%80%93organiza%C3%A7%C3%A3o-da-sociedade-civil-de-interesse-p%C3%ABalico>> Acesso em: 30 out. 2015.

TRACTEBEL Energia. **Comitê de Sustentabilidade**. Disponível em <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/a-companhia/comites>> Acesso em: 21 set 2015.

TRACTEBEL Energia. **Grupo Engie**. Disponível em <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/negocios/conheca-o-mercado-de-energia/grupo-gdf-suez>> Acesso em: 10 jun 2015.

TRACTEBEL Energia. **Política Tractebel Energia de Engajamento de Stakeholders**. <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/02708b38-0acf->

4d22-be23-

9dbf1abca367/Pol%C3%ADtica+de+Engajamento+de+Stakeholders.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=02708b38-0acf-4d22-be23-

9dbf1abca367> Acesso em: 15 out 2015.

_____. **Programas Culturais.**
<<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/sustentabilidade/responsabilidade-social/programas-culturais>> Acesso em: 17 out 2015.

_____. **Regimento Interno Comitê de Sustentabilidade.**
<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/4cf15af0-da65-4436-aaa8-df958224bfd5/REGIMENTO%2BINTERNO%2BDO%2BCOMIT%C3%8A%2BDE%2BSUSTENTABILIDADE_Vers%C3%A3o%2B0_040612.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=4cf15af0-da65-4436-aaa8-df958224bfd5> Acesso em: em: 13 out 2015.

VINHA, Valéria Gonçalves da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica**, v. 3, n. 2, p. 207-230, dez 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 2009.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

APÊNDICE A – Roteiro Entrevista

Entrevistados:

Cargo que ocupa na Tractebel:

Formação acadêmica:

-Quando a empresa começou a praticar ações ligadas a RSE? Nos relatórios, nem no site não há estas informações.

-Porque o primeiro relatório anual foi desenvolvido em 2003 e porque ele não especifica ações de RSE? Ainda não havia uma organização desses programas na época?

-Porque não há padronização dos Relatórios?

-Quem elabora os programas de SER? Como são eles são escolhidos?

-Quem elabora os relatórios?

-Quem é o público alvo dos programas de RSE?

-Existe alguma lei brasileira sobre RSE que a Tractebel precisa cumprir? É obrigatória a publicação de relatórios? Os relatórios atendem as normas ISO 26000 ou a ABNT 16000?

-Qual a relação da RSE com a Lei Rouanet, Lei do Esporte e Fundo da Infância e Adolescência?

-A Tractebel faz doações, do tipo assistencial (além dos programas mais sistematizados)?

-O que significa nos “INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS” (pg. 93 do Relatório de 2014) o tópico “Tributos (excluído encargos sociais)”?

-Porque há diferença entre os valores de “Investimento em programas de responsabilidade social” (pg. 9) e “Indicadores sociais externos”? São três valores diferentes sobre as mesmas ações.

